

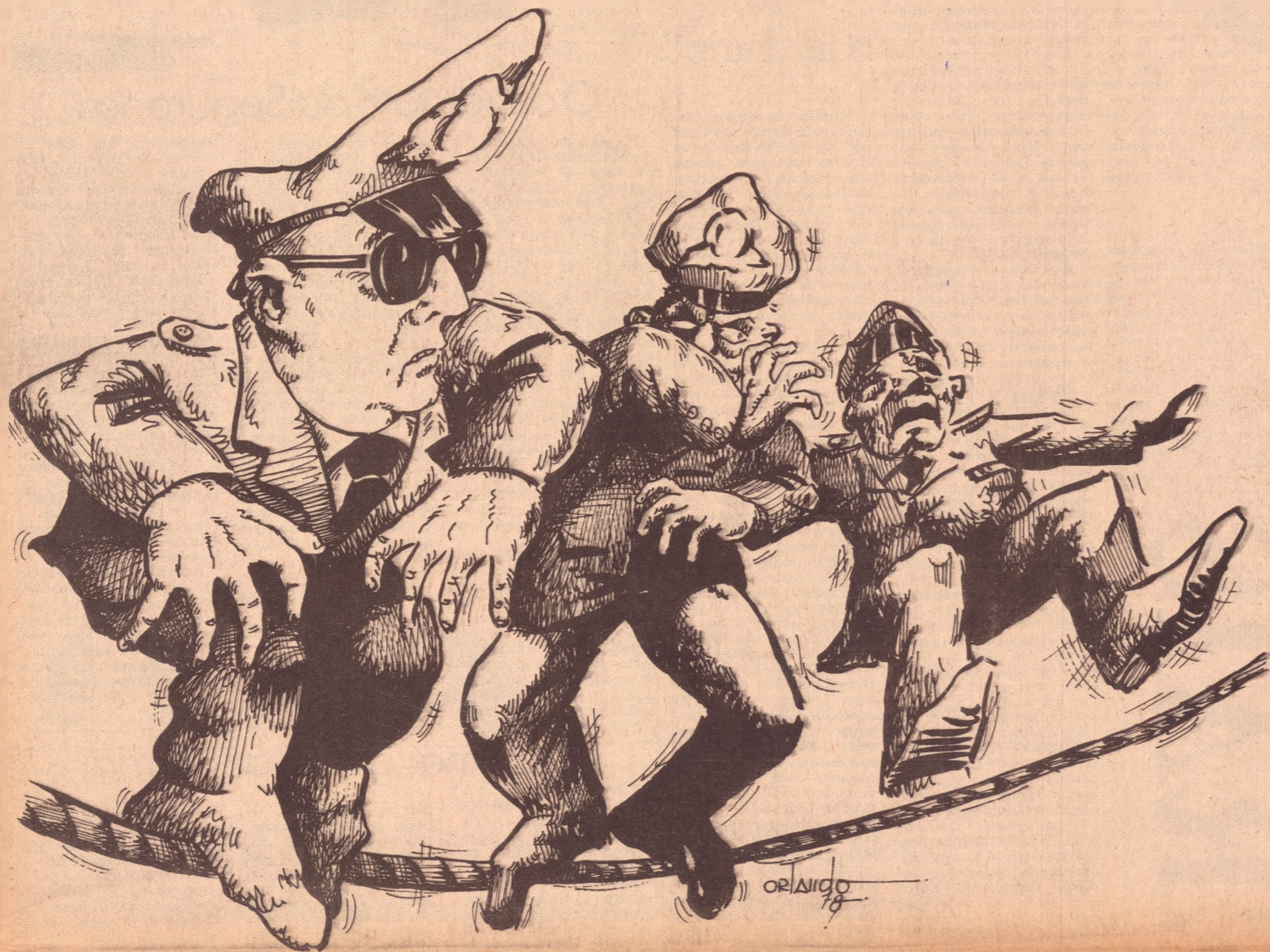
**“Democracia não é palavra  
prá encher a boca, Capitão!”**

(Carta de Antônio Duarte, hoje exilado em Paris,  
ex-dirigente da Associação dos Marinheiros em  
1964). Pág. 11

# EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — NÚMERO 11 — C: \$ 10,00 — 15/21 DE MAIO DE 1978

# A INQUIETAÇÃO MILITAR



Alastra-se entre a oficialidade do Exército o sentimento de frustração com os rumos do regime. O general João Batista Figueiredo consegue cada vez menos adeptos para seu time. Já foram feitas propostas concretas ao MDB, através dos senadores Paulo Brossard e Saturnino Braga: em troca da utilização da legenda do partido da oposição por um general, que disputaria no Colégio Eleitoral com Figueiredo o cargo de Presidente da República, forças do Exército oferecem a convocação de uma Assembléia Constituinte, a volta dos militares aos quartéis e o ingresso do país numa “democracia liberal”. Como se comportar frente aos “novos aliados” é uma questão debatida no momento por dirigentes do MDB. Entre eles, alguns enfrentam um dilema sobre qual a melhor maneira de enfraquecer o regime militar: transando com uma dissidência do próprio regime ou mantendo a pressão política, social e eleitoral de forma a agravar ainda mais as disputas internas? (A crise nos quartéis, na pag. 3)

## O baú da liberdade

A “Perfect Liberty” (Perfeita Liberdade?!), nova religião da classe média, reuniu 100 mil pessoas na última semana em sua fazenda de 800 alqueires em Arujá (SP). Ofereceu misticismo e lazer em troca de “singelas e espontâneas contribuições financeiras dos fiéis”. Pág. 8

O patriarca Tokichika Miki — o “pai de todos os ensinamentos”(!)



## Operários da Ford param por salários

No curto espaço de tempo de uma semana, três seções da Fábrica Ford de São Bernardo do Campo (SP) paralisaram as suas atividades e formaram comissões de trabalhadores para irem à gerência industrial reclamar do ridículo aumento que receberam a partir do último dia 10, acompanhado do exorbitante acréscimo no preço do vale de refeição e transporte da fábrica.

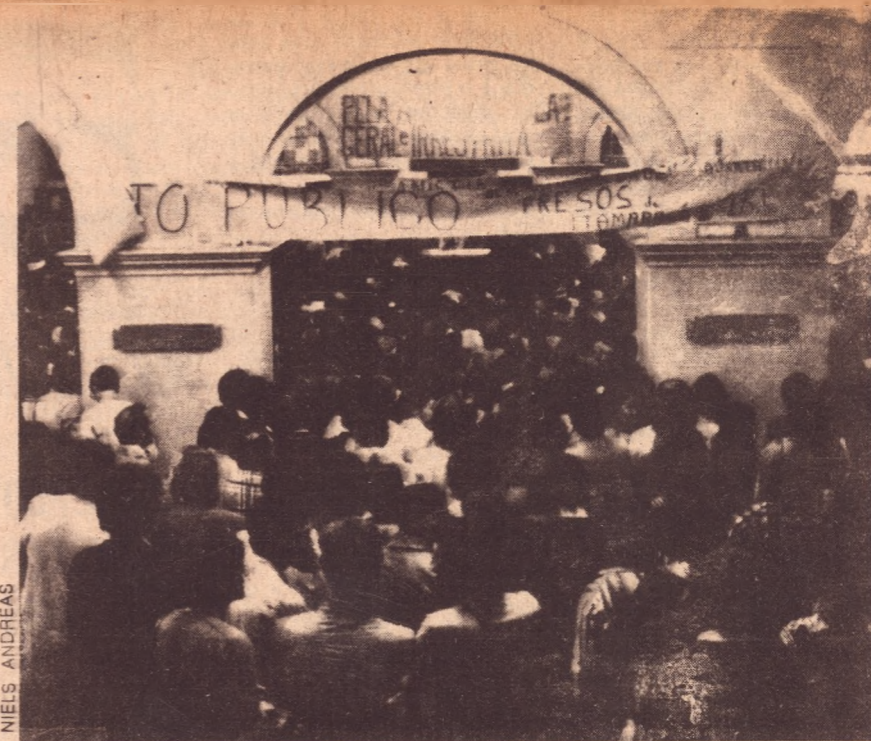
Os operários das seções de Ferramentaria, Inspeção e Estamparia, tanto nos turnos diurnos quanto noturnos, reagiram ao tomar conhecimento do aumento do vale referente a 20 refeições, que passaria de Cr\$ 120 para 170 e o transporte de 110 para 150, enquanto o aumento, deduzidos os adiantamentos, ficou reduzido 39% — concedidos pelo governo — ao índice de 22,35%.

Cientes dessa situação, cerca de 400 trabalhadores decidiram, nos últimos dias 3, 9 e 10 interromper suas tarefas e enviar comissões dos operários mais antigos a chefes de seção com a reivindicação de um au-

mento imediato de 15%, ou a dispensa do desconto das últimas antecipações de 10 e 5% concedidas em novembro e janeiro passados.

As paralisações, segundo prevê a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, deverão prosseguir em escala crescente. “A situação está insuportável para todos e a cada dia mais operários vêm ao sindicato procurando saber em que pé andam as negociações diretas anunciadas pela imprensa”, segundo afirma o vice-presidente da entidade, Rubens Teodoro Arruda.

Rubens adianta ainda que “o sindicato, embora não tendo tomado a dianteira das paralisações, aprecia o trabalho desenvolvido pelos companheiros da fábrica Ford, pois isso joga por água abaixo as declarações de Ari Campista de que a imprensa está fomentando o mito do operário-consciente. É pela vivência direta dos problemas da classe que os operários tomam suas próprias iniciativas e paralisam os trabalhos quando acham necessário”.



Solidariedade aos presos políticos e luta pela Anistia em São Paulo.

## Fome de Anistia

O movimento pela anistia conseguiu forçar um compromisso público do governo em quebrar o isolamento dos presos políticos em Pernambuco. Com a greve de fome suspensa nos seis estados, agora é ficar vigilante para não haver retrocesso. Pág. 12

**MAMÃE,  
MAMÃE,  
CORAGEM!**  
Pág. 7

**Chagas Freitas: um Exu no MDB.**  
**Tiros pela culatra: Aldo Moro.**  
Pág. 5  
Pág. 9



SUCESSÃO

# E agora, João?

Não se pode dizer que o regime militar acabou, mas está acabando o apoio militar ao regime. Agora setores do Exército articulam a candidatura alternativa de um general pelo MDB, sob o compromisso de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Bernardo Kucinski



As Forças Armadas estão cada vez mais coesas e unidas - contra a indicação do general Figueiredo à presidência da República. O movimento de resistência não possui liderança única e nem uma bandeira ideológica comum, mas converge rapidamente para propostas parecidas de ação imediata. A mais recente, e que está sendo intensamente negociada: uma candidatura militar alternativa, pelo partido da oposição.

Há duas articulações principais cruzando-se nessa tarefa. Em Brasília, dentro do próprio Forte Apache (como é chamado o Setor Militar Urbano), o general Hugo Abreu, que se demitiu da chefia da casa militar em protesto pela indicação de Figueiredo e denunciou corrupção em escala razoável dentro do Palácio, reúne apoio de oficiais para a ideia da candidatura alternativa. Gozando atualmente de grande prestígio, Hugo Abreu quer evitar que tenha que ser ele mesmo o candidato, exatamente para descaracterizar ambições pessoais. As informações de seus companheiros são de que já existe um general de quatro estrelas que concorda com as teses básicas do movimento, mas ainda não está convencido de que deva disputar a presidência contra o Palácio pelo partido de oposição. A tese principal é a de que o Exército está se desgastando perigosamente, quando precisa ser preservado como último argumento de força para os momentos realmente graves, quando todas as outras instituições e os argumentos da razão já fracassaram. Sustentam que o processo de redemocratização do país é inevitável, e que o general Figueiredo nunca será o agente da abertura. Dizem ainda que a "abertura" preconizada pelo Palácio envolve apenas as migalhas do bolo do poder, que antes disso, já foi todo repartido.

Bom parte das articulações e discussões são feitas abertamente, caracterizando o mesmo processo de conquista de espaço político exercido por estudantes nas universidades e outros setores da sociedade, fora dela. O ministro do Exército, general Belfort Bethlem tem sido formalmente notificado dessas intenções. Tem havido pressões do palácio para que Hugo Abreu seja reprimido, mas aparente-

mente o ministro não encontrou condições para isso.

Uma outra articulação, independente mas ligada a essa, é a exercida pelo tenente coronel Tarciso Nunes Ferreira, recentemente punido com prisão disciplinar, porque falou contra a ordem de coisas ditada pelo Palácio e exigiu o retorno à democracia. Tarciso tem visitado sistematicamente todas as unidades da região centro e Sul e diz que sua pregação conta com oitenta por cento de apoio na oficialidade acima da patente de capitão. Mesmo descontando algum exagero ou vício metodológico (se ele, naturalmente, evitou os "irrecuperáveis" e nem os comitoutos, a avaliação é impressionante. E mais, segundo os companheiros de Tarciso, dos três comandantes de Exército da área (ou seja, não contando com o IV Exército), apenas um recusou-se a abrir suas posições políticas e os outros dois concordaram, em tese, com suas ideias. Sustentam ainda os companheiros de Tarciso, que metade do Alto Comando do Exército também concorda com a tese de que é urgente e necessário a volta do Exército de forma ordenada às suas funções restritamente militares. O Alto Comando, aliás, ao contrário do que sugeriram as fontes do Palácio, não elegeu o general Figueiredo para promoção em primeiro lugar por unanimidade. Pelo menos dois generais, e possivelmente quatro (entre os dez que votam), negaram-se a referendar a manobra.

## A proposta dos militares

Desta vez foram os militares que procuraram o MDB e não o contrário. Procuraram com certa ansiedade, sabendo das dificuldades intrínsecas que teriam que ser vencidas, dentro do MDB, para a aprovação do esquema. A proposta dos militares em si é simples e sedutora: o candidato militar aprovará - como aprova - o programa do MDB. Mas ao que se compromete, basicamente, é convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, onde será tudo discutido e deliberado democraticamente. Seria, portanto, um governo de transição, com a tarefa especial de promover o retorno dos militares aos quar-



teis e do país à democracia. Foi essa a ideia levada aos senadores Paulo Brossard e Roberto Saturnino, sabendo-se que outros membros do MDB estão envolvidos em menor grau nas conversações. Os militares garantem que o Palácio já não tem condições de violar as regras do jogo, impedindo a apresentação desse candidato, o que foi em parte confirmado pelo senador José Lindoso na última terça-feira, que disse, saindo do gabinete de Figueiredo: "O lançamento de um candidato militar pelo

MDB é uma consequência natural do regime democrático..."

O Palácio, de fato, não foi ainda tomado de pânico, devido talvez a uma avaliação realista não da força desse movimento de resistência, mas do problema interno do MDB, (em todo o caso, apressou-se o Palácio a materializar, finalmente, algumas propostas de reformas). A argumentação mais forte tem sido colocada pelo deputado gaúcho, Pedro Simon, que alega ser muito mais importante ganhar as próximas

eleições parlamentares, do que disputar essas eleições indiretas para a presidência, desmoralizando o partido e talvez perder as eleições - ambas no caso. O argumento mais fraco, ridículo nesta altura do campeonato, é do secretário-geral do MDB Thales Ramalho, que diz temer seja o MDB acusado de contestação.

O que se discute, obviamente, é qual a melhor maneira de enfraquecer o regime militar: transando com uma dissidência desse regime, que se dispõe a promover a democratização, ou, ao contrário, mantendo a pressão política, social e eleitoral, de forma a agravar ainda mais as disputas internas? Não fossem as eleições parlamentares próximas, estaria se falando quase da mesma coisa, o que significa que a oportunidade específica da ideia é o elemento central da discussão. Os companheiros do general Hugo Abreu, aliás, parecem cientes dessas dificuldades, e se dispõe a continuar a luta mesmo que o esquema do candidato alternativo não dê certo. A colocação recorrente é: "A história não acaba em outubro próximo". De fato, o que é muito mais importante, e tem impressionado observadores em Brasília é a rápida perda de sustentação do governo nos meios militares. Se o regime militar ainda não acabou, pelo menos está se acabando muito depressa o apoio militar a esse regime. Não seria exagero, principalmente se tomarmos a ideia como material para reflexões e não afirmação definitiva, dizer que o Estado assume rapidamente as formas clássicas do moderno aparelho repressivo policial e intimidador, com o poder concentrado em alguns poucos grupos econômicos e exercendo-se de forma escandalosamente corrupta - enfim um "governo Nixon", mas não exatamente um regime militar. As reformas de Geisel dariam uma nova fachada a esse edifício que se transformou, sem que os inquilinos possam dar palpites indesejáveis. As reformas que os militares descontentes querem, vão muito mais na linha da revolta pequena burguesa contra opções assim tão cínicas.

## Um racha pela direita

A grande força do atual racha que se

## “Quem é quem” dos dissidentes

O descontentamento contra o governo Geisel e o processo sucessório é geral entre os vários grupos de oficiais descontentes. As críticas contra corrupção, autoritarismo no interior do sistema, isolamento do presidente e sua equipe, comportamento autoritário do presidente e maquiavélico do general Golbery, também são encontradas em todos os grupos, com diferenças de ênfase. A ideia de que as Forças Armadas devem voltar aos quartéis encontra apoio crescente, mas quase sempre qualificado em maior ou menor grau. E, finalmente, a ideia de uma solução pela direita ainda tem seu apoio, mas cada vez mais reduzido, exatamente porque a dissidência que é contrária à continuidade do regime autoritário, também é de direita em sua origem e, no entanto, está em outra.

**MMDC: Movimento Militar Democrático Constitucionalista,** formado principalmente na Vila Militar, e contando com alguns colonéis com comando de unidade, alega já ter contado com 110 adesões, no seu apogeu, mas agora se esvaziou. E, de todos, o mais secreto; sabe-se, no entanto, que alguns de seus membros tiveram, no passado, afinidades com agências do tipo CIA. Seus manifestos, são os menos ambíguos, e, curiosamente, sua proposta é que mais se aproxime daquela que acabou sendo formalmente apresentada ao MDB (Assembleia Nacional Constituinte).

**MRD: Movimento Revolucionário Democrático,** formado claramente pela antiga ala direita do Exército, ligada a UDN. Foram articuladores de muitos golpes antipopulares, e membros da geração "linha-dura" de 1968. Sua conversão, cada vez mais assumida, a ideias liberal-democráticas, a ver pelos pronunciamentos do tenente-coronel Tarciso, mais do que pelos documentos do MRD, é, em todo caso, impressionante. O fato de que os "Geiselistas", perderam os vínculos com esse setor, é também

manifesta na oficialidade média do exército provém, curiosamente, do fato de que se trata de uma dissidência de origem e formação nitidamente de direita, (veja ao lado os grupos e seus manifestos). Fossem setores propugnando a defesa radical dos interesses populares como meta privilegiada, e o movimento não teria a menor importância, simplesmente porque não estaria correspondendo a uma correlação de forças condizentes na sociedade como um todo. Ao contrário, talvez servisse de pretexto para exercícios de unidade anti-populares. Não é esse o caso. A linha divisória de interesses de classe, que nos exércitos é mais real do que em outras instituições, estabelecendo uma carreira do praça ao sargento, e outra do tenente para cima, não coincide com as fissuras atuais que se dão, quase que só entre oficiais superiores. Também as divisões ideológicas são todas secundárias, considerando-se que o setor progressista, expurgado do Exército em 1964, continua fora dele. A importante entrevista do capitão Itamar Perinha ao semanário Movimento, esta semana, defendendo posições definitivamente progressistas, deve ser interpretada, por um lado, como manifestação do esgotamento da ideologia do capitalismo, mesmo entre setores que em primeira instância não precisariam apontar para formas mais avançadas de democracia. E mede, também o esgotamento do autoritarismo dentro das próprias Forças Armadas. Muitos observadores já concordam em que as Forças Armadas não podem hoje ser levadas ao exercício continuado e intensivo da repressão, dada a situação que se criou. De fato, a repressão, cada vez mais está sendo deslocada para a polícia, o que reforça a especulação de que imperceptivelmente estamos saindo de um regime militar e entrando num regime mafioso-policial. Do ponto de vista da conjuntura imediata e das tarefas possíveis e necessárias das oposições, o ensinamento a tirar é o de que a alternativa sempre temida de uma saída pela direita - um pinocchetazo - para a crise institucional, é hoje de probabilidade quase nula. Ou, como diz o candidato a vice-presidência, Severo Gomes: "pode haver uma falha técnica e alguém dar o berro, mas acho que não duraria 15 dias."

# A crise nos manifestos

Os militares também tem uma espécie de imprensa nanica. São boletins e manifestos que circulam mais ou menos reservadamente. Um exame sucinto de textos produzidos nos últimos dois anos revela pontos em comum às diversas tendências. Como, por exemplo: "O exército está cansado de ser guarda pretoriana".

...Ao lado das formações regulares das Forças Armadas, erigiu-se nesse meio tempo uma força nova, a operar muitas vezes no quadro do poder. Referimo-nos à comunidade de informações, que não se restringe aos órgãos específicos, mas que se infiltra...

O AI-5 foi editado na crença patriótica de muitos... porém é indiscutível que sua longa duração mantendo a nação dentro de um regime de exceção, só serve às forças antinacionais a anti-democráticas... "Impõe-se a eleição, em setembro de 1978, de um presidente com raízes no movimento de 31 de março, identificado com a doutrina estabelecida pelo presidente Castello Branco..."

5 de setembro de 1977 - O comandante do III Exército, general Bethlem, após testemunhar animada discussão de todos os oficiais de seu comando sobre os rumos do regime, distribuiu boletim reservado a todas as unidades fechando posição contra a "volta ao estado de direito" e a "redemocratização do país". Alguns trechos do boletim:

... parece-nos inacreditável que forças ou lideranças outrora antagonicas, como marxismo e catolicismo, comunismo e democracia, ditadura e liberdade, se encontram hoje em mesmo lado da luta propagando pelas mesmas bandeiras, como a da não ingerência nos assuntos internos, não proliferação de armas nucleares, respeito aos direitos e a dignidade humana...

... a inteligência está posta a serviço de revanchistas, marginais da revolução e de extremistas de esquerda. Principalmente... oficiais da reserva, nada brilhantes... saem das sombras, do ócio, para doutrinar oficiais generais a aventurar uma posição... o governo pacientemente dá guarida, absorve essa sugestão de decisão entre companheiros fardados e silenciosos...

O espantoso é a unanimidade dos que falam em nome do povo, se dizem interpretes do pensamento e da vontade nacionais e se

declaram inconformados de que 'a nação não suporta mais os militares...'.

"A volta aos quartéis significa o afastamento ou o alheamento dos órgãos de segurança que se estruturam à base das Informações, como SNI, DOI-CODI, CGI... demonstra com clareza a intenção de volta aos idos de 61-62 e 63, onde predominavam os desmandos administrativos, a corrupção moral a inversão de valores, a quebra de disciplina..."

"A verdadeira democracia convive com as Forças Armadas... Não se largue a bandeira empunhada..."

27 de março de 1978 - Bethlem acabou substituindo Sylvio Frota, numa manobra magistral do Palácio, que acabou falando em nome da unidade, ao fazer com que o Alto Comando se reunisse já sob a chefia de Bethlem e não mais de Frota. As bandeiras de Bethlem seguem com ele para dentro do ministério. E nesse período que emergem as declarações faladas de descontentamento, do coronel da reserva Ruy Castro, do coronel da ativa Tarciso Nunes, e finalmente, do capitão Itamar Perinha. E desse período, também um segundo manifesto do MMDC que tem os seguintes trechos principais:

... reverenciam-se amanhã, nas universidades, centenas de vítimas de uma repressão desumana, desencadeada e exercida em nome de uma revolução, feita com o intuito de preservar a paz social... para cada herói morto na repressão ao terrorismo, pode ser enumerado um sem número de vítimas dadas à tumba, em uma exarcação de animos que jamais levará a pacificação por todos desejada. Basta de sangue inocente derramado, que só Jara aos extremistas - do sistema ou contra ele - a justificativa para novas violências..."

... ao governo imposto ao povo contra a vontade da maioria, compete dar o primeiro passo. Basta de prisões arbitrárias. Basta de tortura. O país está maduro para a democracia sem abjetivos. As forças armadas estão cansadas da função de guarda pretoriana de torturadores e corruptos..."

Janeiro de 1975 - Surgem as primeiras cópias da *Novela da Traição*, mensagens injuriosas de baixo nível datilografadas uma a uma, atacando a política de "distensão" de Geisel, e principalmente o general Golbery do Couto e Silva. Esses textos apócrifos, produzidos claramente por grupos de extrema

direita, desaparecem um mês após a queda do general Ednardo do comando do II Exército, em consequência das mortes de Herzog e Manoel Fiel Filho. Trechos do último capítulo, de fevereiro de 1976, já então atacando o presidente:

"Presidente, desça do pináculo em que se encontra, do pedestal de márfil a que lhe levaram os bajuladores e áulicos palacianos, reflita, consulte a sua consciência, dispense por instantes do orgulho com que procurou sempre ornar seus atos... Só há uma saída, Geisel, devolva o poder às Forças Armadas, renuncie, lembre-se, você não é dono do Brasil nem as Forças Armadas guarda pretoriana..."

31 de março de 1977 - Um grupo de coronéis da Vila Militar tenta entregar carta ao presidente Geisel, com 58 assinaturas, fazendo críticas aos rumos da "Revolução". A tentativa se frustra por hesitação dos líderes e uma providencial manobra do coronel Toledo Camargo, assessor de imprensa. Mas no 21 de abril seguinte, apesar dos abandonos devido ao fiasco do episódio do dia 31, os coronéis fundam o Movimento Militar Democrático Constitucionalista (MMDC), cujo manifesto diz, em seus trechos principais:

"O Exército, a Marinha, e a Aeronáutica, foram transformados em guarda pretoriana dos tecnocratas, que não fizeram a revolução... que não se expuseram, ...acenoando uma permanente e suposta ameaça comunista, os tecnocratas - aliados a uma cúpula militar tão corrompida quanto a dominante no tempo de Goulart - pretendem manter em permanente estado de guerra as Forças Armadas, aproveitando a escuridão medieval reinante... os fantasmas só aparecem em noite escura... é preciso acender a luz da liberdade plena, que expulsa as sombras..."

...Para restabelecimento pleno da democracia, exigimos em nome das tradições das Forças Armadas, em nome dos princípios que juramos defender: A convocação imediata de uma assembleia constituinte... anistia imediata a todos os acusados e condenados por crimes políticos... restabelecimento das prerrogativas da magistratura... restabelecimento do Habeas Corpus, revogação do AI-5 e de todas as medidas de exceção... constituição de um governo provisório, integrado pelo presidente do Aupre, o Tribunal Federal, em sua chefia, representantes das Forças Armadas, da OAB, e dos dois partidos políti-



Chagas  
Freitas

# Um Exu na encruzilhada do MDB



*Resolvidas as sucessões da ARENA, com a mais completa marginalização popular, as atenções nacionais se voltam para o Rio, onde deverá ocorrer o segundo ato da farsa eleitoral. As contas de chegar do autoritarismo mantiveram a possibilidade de voltar ao poder um MDB majoritariamente adesista e oportunista, liderado por Chagas Freitas. um MDB que, na prática, é uma sub-legenda do sistema. Com essa argumentação, o deputado J. G. de Araújo Jorge angariou mais de cem assinaturas num manifesto que endereçou à Executiva do partido, solicitando uma Convenção Nacional para decidir sobre a não participação nas eleições indiretas. As posições se chocam e está criado o caso.*

A maioria do MDB fluminense é favorável à participação do partido nas eleições indiretas. Chagas Freitas para governador e Amaral Peixoto para senador biônico. No diretório regional, Chagas tem 800 votos garantidos, contra pouco mais de cem, para Amaral Peixoto e Saturnino Braga, juntos. Essa posição corresponde, na prática, à tentativa de defesa intransigente do "acordo" Chagas-Amaral, concluído há meses, com a ajuda experiente e pacificadora do deputado Tancredo Neves. Tancredo recebeu como prêmio o apoio da corrente chaguista, essencial à sua eleição para a liderança do partido na Câmara Federal. Mas, aos 30 anos de chavos com Amaral, não está disposto a dar o troco: já declarou que trabalhou apenas para a conciliação, que não tem nada a ver com a divisão de cargos, nunca disse que Chagas teria de ir para o governo.

A mudança do foro das discussões altera, radicalmente, as posições, e Chagas tende mesmo a se estrepitar por inteiro. Na Convenção Nacional, exigida por abaixo-assinado com mais de cento e vinte nomes de deputados e senadores do MDB, a maior possibilidade é que o partido não participe das eleições indiretas, nem indique ninguém para engrossar a lista dos "picaretas da República" - expressão usada pelo antigo líder, cassado, Alencar Furtado, para designar os senadores biônicos.

Existem, como sempre, propostas de conciliação. O senador Paulo Brossard, por exemplo, é de opinião que o partido deve substituir o

nome de Chagas, sem deixar de participar nas eleições indiretas, abandonando, apenas, a possibilidade de indicação do senador biônico. Na Executiva Nacional do MDB esta posição tem bom respaldo. E que ainda não foram esquecidos os ressentimentos antigos, desde a época em que, no ano de 1973, Chagas Freitas bloqueou, na Guanabara as anti-candidaturas de Ulisses-Barbosa Lima. Nesse contexto é que se pode entender o "re-cuo tático" do senador Amaral Peixoto, que em declarações à imprensa disse que "no Estado do Rio não há nada decidido".

Nos bastidores da Assembléia Legislativa fluminense, comenta-se que o velho senador pulou fora do "acordo" quando sentiu que a barra estava muito pesada. A pressão nacional de autênticos e moderados contra a participação do partido nas eleições indiretas pode acabar repercutindo muito mal em suas próprias bases, já bastante corrodas pela ação chaguista. Desde a fusão, a maior parte de seus adeptos aderiu à corrente adversária: no interior o que conta é a divisão do poder, pouco ou nada valendo as questões ideológicas. Contra a máquina de Chagas Freitas, a chance de Amaral é formar com uma oposição pública tão ampla que abrange, inclusive, o atual ocupante do Palácio Guanabara. Propala-se mesmo que Faria Lima mandou fazer um grosso dossiê sobre as bandalheiras de Chagas Freitas no governo, com base no qual haveria um veto militar à candidatura do "homem de terno branco". De um modo ou de outro, o gestor da fusão pretende

também a continuidade do processo revolucionário, para entregar o poder estadual à ARENA. Perguntado por um repórter sobre com que truque isso seria possível, já que a ARENA é minoritária no colégio eleitoral, S. Excia. respondeu: "O truque é meu e não vou contá-lo a você".

Por seu turno, Chagas ainda tem condições para jogar relativamente tranquilo. Primeiro, porque está à espera de que se abram as válvulas de escape da reorganização partidária; essa seria sua perspectiva mais a médio ou longo prazo. Segundo, porque ainda lhe resta a possibilidade de trocar de posição com o próprio Amaral. De acordo com o trato, se Chagas fosse governador, Amaral ficaria com o vice, Paulo Rattes, ex-prefeito de Petrópolis, e com as principais secretarias, de Planejamento e Finanças. Caso Chagas saia da jogada, pelo menos, publicamente, abocanharia essas secretarias, e ainda outras que dão voto, as de Obras e Educação. A máquina seria preservada, azeitadinha, aguardando melhores dias ou mais receptivas legendas, que garantam, no futuro, a continuação das velhas práticas caciquistas.

Ao fim e ao cabo, o grande e real perigo, tanto para um como para outro, é só a possibilidade de questão não se resolver à base de conciliação, e a Convenção Nacional decidir pela não participação mesmo nas eleições indiretas. O poder iria para algum candidato tirado do bolso de trás das calças do sistema.

Chagas e Amaral ficariam fora do espaço do poder. A máquina chaguista seria não apenas neutralizada, mas desativada.

Para se ter uma idéia da correlação de forças dentro da Convenção, que, provavelmente, ocorrerá por volta do dia 20, os depoimentos de Saturnino Braga e do deputado J.G. de Araújo Jorge são indicados

res de como o pau está comendo solto.

"Dizem que eu seria o candidato natural do partido, caso as eleições fossem diretas", informa Saturnino, pleiteando com isso até o fortalecimento do MDB. Então, perguntado o senador perplexo, "por que, com as indiretas, eu não sou mais candidato?" O senador, entretanto, está aberto à discussão, desde que Chagas seja posto de lado. "Esse homem não pode, ele fez acordo até com o Humberto Barreto!".

Líder daquele grupo que tomou a iniciativa de passar o abaixo-assinado, solicitando a Convenção Nacional, o deputado J.G. já tomou posição, antes mesmo de sua realização. Para ele, Chagas devia ser expulso do MDB. "O chaguismo não é uma corrente de oposição, mas uma sublegenda do sistema. Sua candidatura é uma isca do sistema para desmoralizar a oposição, nacionalmente. A dominação regional alcançada por este homem se deve à infiltração, à corrupção, ao poder econômico e ao poder de poluição de seus jornais".

J.G. considera que há questões mais importantes em jogo, além do poder estadual. "Toda a luta do partido tem sido contra os atos inconstitucionais, a legislação de exceção, o pacote de abril. Está claro que se participarmos das eleições indiretas toda essa campanha será desmoralizada e o eleitorado tenderá, naturalmente, para o voto em branco ou nulo".

E, no particular, é a máquina de Chagas que está em contestação. O controle dos diretórios municipais através da prorrogação dos mandatos de seus membros e a anulação, pela Justiça Eleitoral, de cerca de 30 mil filiações conseguidas pelo grupo autêntico, em 1975. O cambalache com o padrão de política. O pelego eleitoireiro.

(Sucursal do Rio)



Foto: Sérgio Sbraggia

## Os verbetes da tramóia

**Chagas Freitas**, nome próprio, masculino: todo poderoso dono do MDB fluminense, ex-governador da Guanabara no período Médici, político que se notabilizou, a nível nacional, por ações fraudulentas, corrupção e extrema subversão aos interesses do regime militar. Chagas joga sua cartada política decisiva: se for aliado da disputa, terá grande dificuldade em manter o controle de sua máquina eleitoral, sem dúvida a maior e mais bem montada máquina política urbana existente hoje no país. Seu herdeiro, o deputado federal Miro Teixeira, é muito inexpressivo para manter-se em uma proteção do padrinho.

**Amaral Peixoto**, almirante da reserva: velha raposa do ex-PSD,

ex-embaixador, ex-interventor durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, no antigo Estado do Rio; político encarquilhado e balbuciente, mas ainda dotado de extrema sagacidade, joga, também, sua cartada mais alta. Manobreiro e hábil manipulador dos interesses populares, Amaral deixa sua herança para o genro (ele que também foi genro, casado com a filha Alzirinha, de Getúlio). Wellington Moreira Franco, prefeito de Niterói. Ex-líder estadual em 1966, Moreira Franco mudou muito depressa de posição, revelando-se, mesmo aos olhos de seus correligionários atuais, um carreirista que não inspira confiança a nenhum dos lados.

### Nordeste

## Os condenados a viver

Uma pesquisa realizada pela Ação Católica Operária do Recife revela que a família de classe trabalhadora só pode comprar um quinto da alimentação que necessita de acordo com a ração básica definida pelo próprio governo em 1938. E comprova com estatísticas a fama de que o nordestino tem uma predileção forçada pela farinha. Além disso, mostra que é grande o número de "viúvas de marido vivo".

Uma pesquisa num bairro popular da cidade de Paulista, próxima a Recife, revelou a existência de um número elevado de "viúvas de marido vivo", isto é, mulheres casadas que exercem a função de chefe de família, em decorrência do marido ter sido obrigado a mudar-se pelas pressões do mercado de trabalho.

De uma amostra de 110 famílias entrevistadas pela Ação Católica Operária, segundo métodos científicos, 47% das mulheres de Paulista estão nesta condição, mesmo sendo a cidade antiga, tradicional, com hábitos mareados de legalização dos casamentos. Há 20 anos, Paulista tinha apenas duas fábricas de tecidos, que empregavam mais de doze mil pessoas. As indústrias foram se modernizando, com emprego de máquinas mais aperfeiçoadas e o número de operários diminuiu. Hoje, nas 20 fábricas que lá existem, trabalham apenas 6.600 operários. Um grande número, portanto, ficou desempregado e teve de se dirigir para cidades vizinhas ou o sul do país.

Por outro lado, a fama de que o nordestino vive de farinha foi comprovada estatisticamente por essa pesquisa. No bairro de Nova Descoberta, na periferia de Recife, e em Paulista, a ACO constatou que cada família consome 14,3 kg de farinha por mês, quase o dobro que é definido pela legislação brasileira desde 1938 como necessário para o consumo do trabalhador. "Sendo mais barata, a farinha serve para encher o lugar que sobra, por causa da falta de outros alimentos", diz a análise

de dos dados. Mesmo assim, dos 126,75 quilos previstos como ração mínima no decreto 399, baixado por Getúlio Vargas, os assalariados de Pernambuco só consomem 77,10 quilos, no total.

### Salário e custo de vida

Membros da ACO de todo o nordeste, uma instituição ligada à Igreja Católica, reunidos em assembleia, em 1975, discutiram os principais problemas da região e resolveram fazer a pesquisa "Salário e Custo de Vida", cujos resultados estão sendo divulgados. Orientada pelo sociólogo Padre Humberto Plummer, assessor eclesástico da ACO, a equipe adotou um processo original: "Quem foi pelos bairros fazendo a pesquisa foram os operários membros da ACO. Eles foram de casa em casa, entrevistando as pessoas e junto com eles preenchendo os questionários, quase sempre durante uma conversa bem comprida. Desse modo, ao mesmo tempo em que a pesquisa serviu para tomar informações, também já foi servindo para conscientizar muita gente sobre a situação".

Foram escolhidos dois bairros proletários do Grande Recife: Nova Descoberta e Nobre, este a 16 quilômetros da capital pernambucana. Da população pesquisada, 51,4% trabalham em indústrias, sendo que, destes, 89,9% no setor têxtil. Os restantes - 49,6% - presta serviços - domésticos, lavadeiras, zeladores, vigias, serventes - ou trabalham na construção civil, em transportes e serviços públicos.

De acordo com a pesquisa, o valor do salário diante do custo de vida, ou seja, aquilo que o dinheiro pode comprar, é o melhor indicador da situação da vida dos trabalhadores. Em Nova Descoberta e Paulista, a renda - dinheiro do qual a família depende para viver - vem tão somente, do emprego e entra na forma de salário.

Quando os dados foram colhidos, 50,5% dos trabalhadores ganhavam até um salário mínimo e 44,5% de um a dois salários mínimos. Ao se comparar os gastos em alimentação com o salário básico do chefe de família, vê-se que o que se gasta em comida, na maioria dos lares, é bem maior que todo o salário recebido, o que obriga o chefe de família a fazer horas-extras, biscates (Quadro I). Isso se torna mais surpreendente quando se leva em conta que na metade das famílias pesquisadas, só uma pessoa contribui para todas as despesas existentes.

Com base no decreto 399, de 30 de abril de 1938, que estabelece o mínimo que cada pessoa deve consumir por mês de alimentos básicos, constata-se que a maioria dos trabalhadores do Grande Recife está longe de alcançar a tão famosa "ração-base" (Quadro II)

Ao determinar o salário mínimo, o governo calcula a parte do salário que deve se destinar à alimentação do trabalhador e sua família. Uma família média, com cinco membros, no Recife, só poderia comprar 22% do que necessita, de acordo com a "ração-base" do decreto 399, e de acordo com o salário mínimo da época. Nessa base, só 3% dos pais de família teriam condi-

O QUE SE GANHA	O QUE SE GASTA SÓ PARA COMER
Ganham até um salário mínimo	Gastam até um salário mínimo
50,5%	11,0%
Ganham de um a dois Salários mínimos	Gastam de um a dois Salários Mínimos
44,5%	62,2%
Ganham mais de dois Salários Mínimos	Gastam mais de dois Salários Mínimos
5,0%	26,8%
79,6% GASTAM MAIS DO QUE GANHAM	

QUADRO I:

ções de alimentar suas famílias com tudo aquilo que o decreto manda. (Quadro III).

### Trabalhar pra não morrer

Essa situação se agrava quando se sabe que não é só com alimentação que se gasta o salário mínimo. Os pesquisadores viram que a maior parte das despesas após o item alimentação é com os serviços públicos, bastante deficientes nos bairros periféricos do Grande Recife. A ordem de importância desses gastos, indo do maior para o menor, é a seguinte: Luz; Água e Gás; Prestações; Casa; Aluguel; Transporte; Vestuário; Remédios; Educação; Diversimentos. Saltam aos olhos os itens que ficam por último: divertimento e educação. As despesas que mais pesam no orçamento familiar são as ligadas com alimen-

QUADRO II:

ALIMENTO	QUE CADA FAMÍLIA CONSOME	QUE O DECRETO 399 DIZ QUE DEVEIA CONSUMIR
Farinha	14,3 Kg	7,5 Kg
Pão	21,2 Kg	30,0 Kg
Feijão	8,1 Kg	22,5 Kg
SArroz	8,1 Kg	15,0 Kg
Carne	9,2 Kg	30,0 Kg
Açúcar	13,6 Kg	15,0 Kg
Margarina	1,4 Kg	3,7 Kg
Café	1,2 Kg	3,0 Kg

tação, como água e gás, as ligadas com a moradia e as vinculadas ao trabalho, como o transporte. (Quadro V).

A análise dos números atenta: "Está provado que o salário básico dos chefes de família condena os trabalhadores a viver só mesmo pra não morrer de fome e nem morar na rua e não dá pra nada que torne a vida da gente um pouco mais agradável. Quer dizer, a gente trabalha o dia todo só para ganhar o mínimo suficiente pra não morrer de fome e poder no dia seguinte trabalhar de novo".

38% dos trabalhadores têm que fazer hora-extras e 34,5% têm que arranjar biscates, pra poder conseguir um diaheirinho a mais. E há casos de trabalhadores que tanto fazem um como outra forma de ampliar a renda. Isso tudo sem contar o tão usado "aperto do cinto" - redução das despesas com alimentação, por exemplo, substituindo os produtos mais caros pela farinha, que torna-se assim o produto mais consumido pelas famílias de baixa renda.

Um operário entrevistado relata a situação: "Tem muita gente largando a indústria têxtil, que opera em três turnos e não dá para fazer horas, e indo

QUADRO III

para a construção civil, onde se trabalha até catorze horas por dia. Tem muita gente lutando para tentar conseguir mais que as oito horas por dia, passando por cima dos cadáveres dos companheiros que antes lutaram pela redução da jornada de trabalho. Mas isso só acontece porque a gente tem que sobreviver".

A pesquisa termina dizendo: "Não é novidade para nenhum operário saber que a vida está difícil demais, que o salário não dá para as necessidades, que o custo de vida sobe como um foguete.

Mas esta pesquisa foi importante para nós porque nos ajudou a ver com clareza que essa não é a situação de só uma meia duzia. É a situação de, praticamente, todos os trabalhadores que com seu suor fazem o desenvolvimento do Brasil. Nos ajudou a entender que a situação atual dos trabalhadores é o resultado direto da economia que vai se modernizando, vai produzindo mais, fazendo no entanto, o trabalhador pagar caro por isso enquanto aumentam sem limites os lucros das empresas, dos patrões".

(Sucursal de Recife)

QUADRO IV:

1 - LUZ, ÁGUA E GÁS	5 - VESTUÁRIO
2 - PRESTAÇÕES	6 - REMÉDIOS
3 - CASA (ALUGUEL)	7 - EDUCAÇÃO
4 - TRANSPORTE	8 - DIVERTIMENTOS



que elementos compõem a estrutura de comportamento da "mãe-padrão", ou seja a mãe de família pequeno-burguesa (uma vez que a ordem familiar pequeno-burguesa é que predomina em toda sociedade autoritária?) Seu papel parece difícil de desempenhar, mas vamos nos lembrar que ela tem todas as instituições da sociedade a seu favor. Cabe a ela, afinal, a principal atuação no sentido de preparar ideológica e psicologicamente os filhos para uma vida "adaptada" de submissão produtiva às demandas da sociedade de classes.

Pausa aqui, para chamar atenção sobre o termo "psiquicamente", que costuma deixar muita gente irritada pelo seu oponente "subjetivismo" e outros "ismos": se a estrutura psíquica (que inclui necessariamente o corpo) não for entendida como a base mais sólida e garantida da implantação de ideologia repressiva, em última instância, do poder, a leitura do resto deste texto será inútil.

**"Se alguém der uma chicotada na tua mãe em pleno rosto, será que então também lhe dizes: Muito Obrigado!? Ele é também um ser humano?"**

**Não é um ser humano, é um monstro! Quantas coisas piores ainda não fez o judeu à nossa mãe Alemanha?"** (Goebbels. "Os portadores malditos da cruz gamada")

Prosseguindo - são poucos os ingredientes básicos que compõem o comportamento dessas santas senhoras. É suficiente que elas tenham vivido sempre a posição tradicional da mulher em relação à sociedade e mais especificamente aos maridos, incorporando por isso doses consideráveis de repressão sexual, aspirações de ostentação e ascensão social, isolamento e aliena-

ção, e (coroando o quadro) insatisfação permanente. Daí deriva todo o resto. A repressão sexual vivida e incorporada pela mulher (pelo homem também aliás, só que em geral ele não sabe disso) por si só é responsável pela maior parte das características neuróticas das relações familiares que ajudam a criar milhares de indivíduos conformados, sobre os quais o poder deita e rola, explorando sua força de trabalho bem disciplinada.

Segunda pausa: também não precisamos ser indignar aqueles que entenderam na afirmação acima que a estrutura psicológica das massas é a causa das relações de exploração, e do próprio capitalismo. Não se trata disso, fiquem tranquilos; a formação de uma psicologia de massas fundada na re-

pressão, no conformismo, na falta de autonomia e senso crítico é, sim, uma das condições fundamentais para a implantação sólida e profunda de todo sistema de exploração, e uma das mais poderosas armas para sua perpetuação.

Volto à repressão sexual, e a algumas de suas mais importantes consequências: rigidez afetiva e de caráter, terror à transformação (que se incute nos filhos), auto-depreciação (consequente da incapacidade para o prazer), que se "compensa" em manias de ostentação e em supervalorização da função de mãe. Na necessidade de acumulação material da esposa, mais uma (e não a única) motivação para ideologia de ascensão familiar que impele o marido para a produção a qualquer custo. Na supervaloriza-

ção da maternidade, a base e formação dos indissolúveis elos mãe-filho(s), que faz dos últimos portadores de todas as aspirações da primeira, e portanto, responsáveis para sempre, na vida adulta, pela realização dessas aspirações - o que já os coloca desde cedo nos trilhos da perpetuação das perspectivas abertas (abertas, mas não amplas...) por sua família de origem. Além disso, o elo (que, nas condições dadas, só pode ser neurótico) mãe-filho(s) atua de maneira a criar uma dependência - ou interdependência, pois a mãe de família depende de seus filhos tanto quanto eles dela - emocional e existencial entre ambos, impedindo o desenvolvimento autônomo dos filhos. O psiquiatra David Cooper argumenta que a autonomia é condição es-

encial para a afirmação social e portanto política de qualquer pessoa. Indivíduos sem autonomia não são capazes de se tornar agentes de nada, a não ser, é claro, agentes da perpetuação, nos outros, da sua própria dependências e passividade.

O isolamento e a alimentação em que vive a mãe dona-de-casa contribuem ainda mais para que os filhos se tornem sua "única razão de ser". Contribuem também para que ela viva em constante insegurança quanto aos "perigos e ameaças" do mundo externo; é claro que o capiti, talismo faz com que o mundo seja realmente um lugar pouco seguro para a grande massa que ele explora, mas a falta de perspectivas políticas e desinformação características da mãe-padrão a levam a supe-

restimar essa insegurança e, sem qualquer estímulo para enfrentá-la, agir de acordo com a ideologia do lar-seguro, do lar-aconchego, o lar-útero-materno que também para os filhos passa a ser encarado como o único lugar seguro do mundo, o único onde se pode "ser feliz".

A canalização das energias e afetos para dentro do lar e da família (que mais pode desejar o filho desse tipo de "família feliz", além de empreender todos os seus esforços no sentido de formar outra família semelhante?) faz parte da despolitização não só da vida cotidiana - o trabalho é dever, é "fora" em relação a pessoa; a família é, além de obrigação, prazer, único espaço em que se pode estar "dentro" e entregue - como também da despolitização de todas as perspectivas de vida e atuação. Trata-se de encarar o mundo ameaçador como realidade dada a intocável (não vale a pena sofrer ou se arriscar; poupe-se para os seus entes queridos) e, como única forma de enfrentamento dessas ameaças, construir um ambiente familiar seguro, protegido e inocente sobre sua tarefa de perpetuar o sistema.

**"O trabalho honra a mulher tanto quanto o homem. Mas a criança enobrece a mãe"** (Hitler. "Meu Programa". 1932)

Mas justamente por isso tudo, a insatisfação compartilhada no aconchego do "lar" é permanente, a partir inclusive dessa própria mãe, castrada como mulher e como social, essa mãe possessiva, dominadora, voraz. O consumo é a condição da existência do lar moderno, por motivos óbvios. Nos casos limites, a loucura de um de seus membros mais frágeis é outra das condições para a "normalidade" da vida em família. Seja como for, a castração do potencial vital e revolucionário de seus membros é a principal consequência dessa perigosa simbiose edipiana - filhos-mãe, filhos-pai. E por que não: dominados-dominadores, cidadãos-pátria... "Pátria", aliás, que nos momentos em que a sociedade tende para o fascismo, tem sido insistentemente identificado com a figura materna. (MRK).

*Querida  
mamãe.*

Uma coisa interessante sobre o dia das mães é que ninguém sabe porque esse dia foi escolhido, e nem quando foi que isso começou. Mas me contaram um boato de que é porque uma mãe americana fez não sei o quê e a cidade toda homenageou ela por isso, nesse dia. Com certeza só se sabe é que é no segundo domingo de maio... que é o mês das rosas, das noivas, da virgem Maria, mãe de Deus. Com tanta coisa, maio é o mês da mulher, onde ela é muito valorizada.

Assim maio se ocupa em valorizar a mulher:

Nas escolas, as crianças, em maio, aprendem sobre a mulher, sobre a mãe e como ela é, aprendem sobre o amor de mãe, sobre Nossa Senhora, e todos os exemplos de mães zelosas extremadas, para quem ser mãe é tudo.

Por isso cada um deve premiar sua mãe com presentes, que podem ir desde sabonetes e perfumes a aventais e vassouras enfeitadas.

A televisão anuncia que a mãe pode costurar em casa para economizar, mas para isso, ela precisa de uma máquina de costura... Que a mãe é aquela que se sacrifica pelos filhos e por isso pode ser recompensada com uma televisão, uma vitrola ou até uma torneira de água quente pode aliviar a mãe... Por outro lado a mãe é aquela que nada pede mas é quem mais precisa, por isso o filho tem o dever de entender a mãe. Se você é filho, você deve a ela a vida. Se você é marido, deve no mínimo os filhos.

No comércio, tudo aquilo que possa servir para as mulheres em maio é oferta. Máquinas de lavar, passar, costurar, panelas, roupas femininas, maquiagem e bijuterias, cama, mesa, banho. Uma data assim sem uma razão determinada é legal e ruim

ao mesmo tempo. Legal porque dá espaço para a vida das pessoas, de cada um. E assim, por isso as necessidades de cada mãe e as possibilidades de cada filho são sempre levadas em consideração na homenagem. E é ruim porque uma data assim, sem acontecimento, acaba mandando a gente homenagear qualquer mãe, a gente acaba mesmo é homenageando as características das mulheres sem levar em conta cada situação.

Ser mãe é padecer no paraíso, sempre e sempre igual, nem mais fácil, nem mais difícil. Todas, ou são mães ou são filhas e é assim que somos iguazinhas, todas, em maio.

A mãe não se importa com nada - nem com ela, nem com a sua classe. Só com o filho. Por isso o valorizado em maio é uma imagem de mulher, e as coisas que ela tem que fazer, as coisas esperadas da mulher. E para homenagear tudo isso, nada melhor do que as datas sem acontecimentos.

Valorizar a mulher na sociedade é importante, como a mulher é importante. Mas maio valoriza unicamente o papel atual da mulher sem nenhuma possibilidade de modificação, como se ser mulher tivesse que ser só isso, como se fosse o certo e toda mulher assim se sentisse realizada, noiva ou mãe ou parecida com uma flor, como se fossem as únicas coisas que mulher pudesse querer.



# Ela, a família e a propriedade.



## A exploração da mãe

Resumo do depoimento apresentado na CPI sobre a situação da mulher, em 28/4/77, por Maria Machado Malta Campos - Fundação Carlos Chagas, São Paulo.

A dupla jornada de trabalho que constitui o cotidiano de grande parte das mulheres economicamente ativas, pode ser desdobrada em três tipos de atividades: o trabalho remunerado, o trabalho doméstico propriamente dito e o cuidado com os filhos. Para as mulheres que têm filhos, a sobrecarga de trabalho é ainda mais grave. No Brasil, a participação das mulheres na força de trabalho tem aumentado inclusive pela incorporação de contingentes femininos que acumulam suas funções no emprego e em casa. A PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - indica que em São Paulo, por exemplo, a porcentagem das mulheres economicamente ativas que tinham "afazeres domésticos" como atividade secundária passou de 26,2% em 1972 para 33,9% em 73.

Por outro lado, as taxas de fertilidade indicam que as mulheres continuam a engravidar e a dar à luz crianças; levando-se em conta a persistência dos padrões tradicionais familiares, continuam as mulheres também a responsabilizar-se exclusivamente pelas crianças nos primeiros anos.

Como é solucionado, a nível indi-

vidual, o problema da guarda dos filhos durante o período de trabalho da mulher? Sabemos que essas soluções variam conforme a classe social da família. Nas classes médias e altas, é comum contar-se com uma ou mais empregadas domésticas que, na ausência da mãe, se incumbem dos cuidados com as crianças. Além disso, o número cada vez maior de instituições particulares de ensino pré-escolar estão à disposição dessas camadas sociais. Em 1974, 48% das vagas na pré-escola brasileira eram fornecidas por estabelecimentos particulares e até mesmo por algumas creches de luxo.

No entanto, não é nas faixas média e alta que se encontram a maioria das mulheres enganadas na força de trabalho brasileira. Aproximadamente 80% delas concentram-se nas classes mais baixas da população, sendo a maior parte justamente empregada no trabalho doméstico, que garante a disponibilidade das mulheres de classe média. Se considerarmos que metade da população feminina economicamente ativa está na faixa etária mais fértil de 20 a 39 anos, a pergunta inicial coloca-se de forma

ainda mais insistente: como conseguem elas conciliar suas funções?

### A vizinha, o abandono, a creche.

Um estudo realizado pela Secretaria do Trabalho (SP) sobre as mulheres empregadas nas indústrias da capital em 1970, revela que dentre as não-solteiras, 72% tinham filhos. Destas, 46,4% costumavam deixá-los com parentes, 21,6% sozinhas e apenas 1% em creches ou instituições equivalentes. A porcentagem das que deixavam crianças pequenas sozinhas era maior maior no caso das empregadas braçais (30%), justamente onde se encontra o maior número de mulheres com filhos (82,7%).

Diante dessa situação de carência, o recurso já tentado em alguns países - ajuda do Estado às famílias com crianças pequenas, para que as mães não precisem trabalhar fora nos primeiros anos de vida dos filhos - nos parece pouco indicado. A criação de boas creches, isso sim, além de facilitar a integração das mulheres na força de trabalho, fornece lugares onde as crianças podem encontrar alimentação melhor, atendimento de saúde mais eficiente e estimulação ambiental e social mais rica, fora dos limites da família. A discussão tradicional que

qualidade da estimulação ambiental e social determina em grande parte o futuro sucesso ou fracasso escolar das crianças; o que dizer da situação de quase abandono a que muitas mães são obrigadas a relegar seus filhos para ganhar a vida? São suficientemente conhecidas as consequências dessa situação: crianças doentes, desnutridas, sofrendo acidentes em casa ou na rua. Muitas já engrossando a legião de menores que perambulam pelas cidades correndo o risco de logo serem contados como menores abandonados ou delinquentes.

Diante dessa situação de carência, o recurso já tentado em alguns países - ajuda do Estado às famílias com crianças pequenas, para que as mães não precisem trabalhar fora nos primeiros anos de vida dos filhos - nos parece pouco indicado. A criação de boas creches, isso sim, além de facilitar a integração das mulheres na força de trabalho, fornece lugares onde as crianças podem encontrar alimentação melhor, atendimento de saúde mais eficiente e estimulação ambiental e social mais rica, fora dos limites da família. A discussão tradicional que

contrapõe uma creche do tipo "depósito de crianças" a uma família bem constituída de classe média, deve ser substituída por uma análise que leve em conta a qualidade das creches, as atitudes da família (especialmente da mãe) frente à instituição e principalmente o tipo de tratamento que a criança receberia se ficasse em casa.

No Brasil, a CLT instaurada em 1943 (ver EM TEMPO, nº 4, Trabalhadoras e Leis) define obrigatoriedade de manutenção de creches (ou melhor, berçários apenas para crianças "no período de amamentação") para toda empresa onde trabalhem no mínimo 30 mulheres com mais de 16 anos, ou, para suprir essa exigência o estabelecimento de convênios com creches próximas. Mas mesmo nos casos em que a lei é cumprida, nem sempre as mães têm como transportar filhos recém-nascidos em trens ou ônibus superlotados até o local de trabalho - fato que se agrava mais no caso das empresas que mantêm convênios com creches distantes do local de trabalho. Quanto ao atendimento das crianças após o período de amamentação, a lei não determina nenhuma obrigatoriedade

às empresas. E mesmo assim, grande parte das mulheres que trabalham fora estariam excluídas desse pequeno benefício (pequeno e raro; embora não existam estatísticas nacionais, dados da Secretaria do Trabalho de um Estado desenvolvido como o Rio Grande do Sul indicam que 73% das empresas com mais de 30 trabalhadoras, não cumpriam essa lei em 1969). As domésticas, as trabalhadoras autônomas e as rurais não contam com nenhum apoio desse gênero.

Quanto às creches oferecidas por instituições privadas ou do governo (Secretarias do Bem-Estar Social), dados mais otimistas como o da SEBES de São Paulo revelam que apenas 2% das crianças carentes, na Grande São Paulo, encontrariam vagas. Os menos otimistas, como os deste relatório, afirmam que o número de vagas para os filhos de mulheres que trabalham, sem instrução ou com instrução elementar, é de 1,71% em SP, 0,64% na Bahia, 0,32% no RS e só no Rio de Janeiro sobe um pouco para 3,83%. Um quadro bastante desanimador do abandono infantil e da exploração do trabalho da mulher que é mãe.









DUT BICALHO 78

# Uma contribuição ao fascismo

Se pudesse, Mussolini estaria rindo, compartilhando da alegria de todos os fascistas do mundo com a morte de Aldo Moro. As Brigadas Vermelhas conseguiram transformar um velho dirigente político, conhecido corrupto em fim de carreira, numa bandeira revolucionária, contra a luta revolucionária internacional profunda em que vive o país se desdobra, agora, por caminhos precipitados de violência e sangue, com todas as possibilidades da extrema-direita ocupar posições ofensivas. O confronto isolado das Brigadas com o estado italiano passa a ser, irreversivelmente, um confronto de morte.

Todas as justificativas estão dadas para a transformação do estado italiano num estado forte. A burguesia, que estava sendo obrigada, pouco a pouco, a ceder em direção à estratégia do "compromisso histórico" defendida pelo Partido Comunista, encontra pelas condições para reagir contra as respostas diretas dos trabalhadores à crise econômica e política. Antes mesmo da "execução" de Moro, desencadeou-se uma onda repressiva que, além de se voltar contra os brigadistas e grupos semelhantes, atingiu várias organizações de esquerda com bases operárias e o próprio movimento sindical. O

PCI, que adiantou-se reivindicando e apoiando as medidas repressivas adotadas pelo estado, foi obrigado a protestar contra os "excessos" cometidos. Agora, pode organizar protestos, porque ocasiões para usá-los não faltarão...

## Ordem a qualquer custo

A ação terrorista isolada das Brigadas Vermelhas contribuiu para catalizar política e ideologicamente grandes setores das massas italianas em torno da necessidade de ordem. Ordem a qualquer custo. De imediato, a luta se desenvolve entre grupos fascistas, que buscam capitalizar o repúdio de setores da massa à ação das Brigadas para acumular forças no sentido de dar base de apoio a um estado autoritário, velho sonho da extrema-direita italiana. De outro lado, estão o PCI e os sindicatos, que tendem a canalizar a revolta emocional de que ainda é possível controlar a situação, superando os efeitos e as consequências da morte de Moro por meio de um governo do qual participem os comunistas. A Democracia Cristã, que aparece como a grande vítima, certamente não se dispõe a adotar medidas precipitadas. Para ela, pode estar uado o

momento em que, sem ser preciso abdicar da participação do PCI no governo, limitando-a certamente a um nível periférico, será possível utilizá-lo para fortalecer o seu governo, fazendo com que funcione como porta-voz de medidas de austeridade, contenção e sacrifício perante a classe operária. E de medidas repressivas contra o terrorismo, evidentemente. Em suma, Aldo Moro nas mãos de uma organização que, de um modo ou de outro, intitula-se comunista: simplesmente aleijando e paralisando por um bom tempo toda e qualquer perspectiva de avanço que o estratégico do "compromisso histórico" pudesse significar.

Resta saber se os trabalhadores italianos desviarão sua marcha de mobilizações, voltadas para a conquista de seus interesses, adaptando-a aos limites "aceitáveis" pelo governo. Ou se tenderão, passado o primeiro momento de "comomoção nacional", a impor os seus interesses sobre o próprio quadro de violência que tende a se agravar na Itália. (C.T.)

No EM TEMPO nº 9 publicamos uma análise da crise política e econômica que passa hoje a Itália, sob o título "E depois de Aldo Moro"?

Puebla

# O missionário da CIA

**A CIA, que há mais de duas décadas vem se utilizando também de religiosos em suas operações, estaria agora se preparando para "desestabilizar" Puebla.**

**É o que indica um recente artigo da revista "Centro Regional de Informaciones Ecumenicas", da Igreja Católica do México.**

"Um agente da CIA". Esta é a acusação feita contra o jesuíta Roger Vekemans, "mão direita" (em todos os sentidos), do atual secretário do Conselho Episcopal Latino-americano (Celam), dom Lopez Trujillo. Os dois foram os principais idealizadores do documento preparatório da III Conferência dos bispos em Puebla, que vem causando reações e protestos em setores da Igreja Católica, tanto no Brasil como em diversos outros países do sub-contidente, por ignorar o cunho progressista do pensamento teológico pós-Medellin.

A denúncia contra Vekemans foi publicada no boletim de abril do "Centro Regional de Informaciones Ecumenicas" (CRIE), que pertence à Igreja Católica do México, onde em artigo de Saturnino Rodriguez, interessantes revelações são feitas sobre o jesuíta. Por exemplo: ele teria recebido dez milhões de dólares da CIA e da Agência Internacional de Desenvolvimento-AID - para apoiar a campanha presidencial de Eduardo Frei no Chile e ajudar os sindicatos latino-americanos anticomunistas. Ele já foi, também acusado de "desviar" 400 mil dólares provenientes da AID para pesquisas.

## "Desestabilizador" de Puebla?

Embora não seja o único religioso agente da CIA, sua atuação é, agora, da maior importância, na medida em que afeta a "teologia da libertação", pois é bem provável que em função do encontro de Puebla ele tenha recebido novos encargos. "Um dos cérebros 'grise' que, na penumbra, mais contribuem para desmontar os efeitos da Conferência de Medellín, particularmente no que é relacionado com a Teologia da Libertação, que como corrente de pensamento e praxis tem mobilizado boa parte da ação cristã, tanto na América Latina como no mundo inteiro" - eis como é visto Vekemans, na opinião de muitos, segundo o artigo.

Quando se tornou pública a denúncia de que Vekemans teria recebido suborno da CIA e do AID ("Washington Post-23/07/75 e Excelsior-22/08/75), os 150 participantes do I Encontro Latino-americano de Teologia, realizado em agosto daquele ano no México, subscreveram documento solicitando ao Celam o afastamento de "todas as pessoas que, por sua vinculação com os poderes deste mundo, não sirvam à causa de Cristo, e sim a políticas corrompidas". Outros grupos católicos chegaram a exigir ao superior geral dos jesuítas - Padre Pedro Arrupe, e ao presidente do Celam na época-Mons. Eduardo Pironio, a "expulsão imediata e definitiva do território colombiano" do padre Vekemans, que lá residia desde a chegada de Allende ao poder. O jesuíta, naturalmente, negou tudo.

Em 1971, a AID movera processo

criminal contra Vekemans, acusando-o de malversação de fundos destinados, pela agência, para pesquisas, no valor de 400 mil dólares. A investigação criminal, contudo, foi encerrada por sugestão do embaixador norte-americano no Chile, Edward M. Korry, que em carta a AID, disse: "Nesta época os objetivos dos Estados Unidos no Chile, definidos nos altos níveis do governo, me fazem pensar que a ação criminal contra o padre Vekemans contraria nossos objetivos no país". Homem prevenido, porém, Vekemans já havia se encarregado de destruir seus arquivos.

## "Disparando contra a esquerda"

Com o título "Dissidente Jesuíta dispara contra la izquierda latina", o correspondente do "National Catholic Reporter" em Washington, Richard Rashke, publica em 7/10/77, artigo em que denuncia Vekemans por haver recebido dinheiro de Adveniat - (Ajuda dos Bispos Alemães à América-Latina) - para montar em Roma, em 1976, junto com o secretário-geral da Celam, López Trujillo, uma plataforma de desmobilização dos teólogos da libertação latino-americanos e de preparar a ofensiva em Puebla. Rashke também comenta a participação do jesuíta num documento elaborado no ano passado pelo episcopado colombiano, que ataca os movimentos liberacionistas cristãos, especialmente o grupo de sacerdotes que pedira a expulsão de Vekemans da Colômbia por suas transações com a CIA.

A Adveniat já havia dado mostras de suas posições através de seu presidente, Hangsbach, que em maio do ano passado declarou à imprensa de sua diocese, Essen: "A Teologia da Libertação não conduz a nada. Sua consequência é o comunismo". Hangsbach (que, por coincidência, é o bispo militar do Exército alemão), pouco antes de regressar de uma viagem à Bolívia, recebeu a mais alta condecoração daquele país - "El Condor de los Andes", fato que fica bem explicado na recomendação da CIA à polícia boliviana: "Não se deve atacar a Igreja como instituição... mas apenas a seus setores progressistas". Em contrapartida, os teólogos alemães, em novembro de 1977, tornaram público um memorando pedindo a suspensão imediata da ajuda econômica à campanha contra a Teologia da Libertação, e manifestando sua preocupação pelas possíveis manobras preparadas por um círculo em volta de Trujillo, para que a Teologia da Libertação seja condenada em Puebla.

## Os missionários da CIA

"Quase desde a sua fundação a CIA tem se servido de grupos religiosos, tanto como fonte de infor-

mações, como canal de fundos". A afirmação é de Norman Kempster, do Washington Post, no artigo onde denuncia a escandalosa "ajuda" econômica da CIA e da AID. David A. Phillips, ex-chefe de operações da CIA na América Latina, declarava na época (1975) à imprensa: "A CIA também ajuda a Igreja"... "Há 25 anos a CIA está em contato com alguns dos muitos missionários excelentes que trabalham na região, para vantagem mútua. Isto não me surpreende, nem me escandaliza. Ao contrário, qualquer agência, para recolher informações, faltaria ao seu dever se não aproveitasse a grande pericia dos clérigos norte-americanos que trabalham na área". Entre as atividades da CIA estava a neutralização dos bispos, padres e leigos mais progressistas da Igreja latino-americana.

Após o reconhecimento, pelo próprio presidente Gerald Ford, da ingerência da CIA nos países do Terceiro Mundo, membros de quinze diferentes grupos missionários dirigem-lhe carta aberta condenando semelhantes atividades. Também a Sociedade de Missões Estrangeiras da América protesta. E o padre William Davis, do escritório jesuíta do Ministério da Saúde do México, lança uma alerta: "Temos de ser menos ingênuos em nossas associações e com as estruturas que apoiamos, consciente ou inconscientemente".

## Quem é o homem

Centrar todo o problema da ingerência do imperialismo americano através da religião num único homem seria, sem dúvida, desmesurado, não fosse o temor que suas ações passadas despertam, bem como sua comprovada capacidade de influir nos acontecimentos.

A atuação de Vekemans começa em 1956, quando os bispos chilenos, observando a aceitação das teses marxistas por parte de operários e estudantes, pedem ao superior geral dos jesuítas que mande sociólogos ao Chile. E enviado o belga de 36 anos, Roger Vekemans, professor de Sociologia na Universidade Gregoriana de Roma, formado dentro do pensamento teológico liberal, poliglota - enfim, o homem ideal.

Conhecido anticomunista, ele trata, já em 1957, de armar ampla rede de conexões que o ligarão a Eduardo Frei, ao próprio presidente Kennedy e a toda uma série de planos que desembocam nas ajudas financeiras já referidas.

Seu decisivo apoio a Frei foi realizado através do "Centro de Investigação e Ação Social", da Escola de Sociologia da Universidade do Chile e do "Centro Belarmino". Este último lançou, em 1961, a "Revolución en Libertad", que foi o slogan da reformista Democracia Cristã de Eduardo Frei. Vekemans, um dos ideólogos do PDC chileno, jogou importante papel político naquela ocasião. Em 1964, após sua eleição, Frei reconheceria sua "íntima relação política com Vekemans".

Convergingdo interesses

Para a Igreja Católica e para a Casa Branca (e CIA) interessava, em 1964, bloquear Allende e eleger Frei, que recebeu da agência de inteligência 2,6 milhões de dólares em sua campanha. Já em 1961, ano em que a CIA estabelece contato com o Centro Belarmino, Vekemans está em Washington como assessor do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Do procurador federal dos EUA na época, Robert Kennedy ouve que a melhor maneira de atemorizar todo o hemisfério para resistir ao comunismo seria apoiar secretamente os EUA. Pouco depois Vekemans contaria ao padre Vizzard, outro jesuíta, como havia recebido cinco milhões de dólares da CIA e outros da AID para apoiar a campanha de Frei, apoiar programas agrários e fazer alguma propaganda. Mais tarde porém, Vekemans trataria de desmentir estas afirmações.

Dele sabe-se ainda que sustentou, em 1963, o Centro de Desenvolvimento Econômico Social da América Latina (Desal) com a ajuda da Fundação para o Desenvolvimento Internacional (IDF), organização ligada à CIA.

Sua habilidade em manejar fundos fazia com que se convertesse em um poder que deveria ser levado em conta. Por esta razão, Frei tratou de se separar de Vekemans, que originava situações comprometedoras.

Ele reage a isto, com força, mas recebe ordens dos EUA para permanecer fora do Chile até a posse do presidente e, se possível, se transferir do país. Por fim, é decidida a sua permanência no Chile, onde passa a trabalhar em problemas de desenvolvimento de outros países latino-americanos, completamente à margem dos assuntos chilenos. Quando Allende assume o poder, em 1970, Vekemans solicita ao embaixador dos EUA que o transfira para a Venezuela, junto com outras 30 pessoas que trabalham com ele no Desal. Como a Venezuela se nega a recebê-lo, a embaixada americana na Colômbia consegue que se estabeleçam em Bogotá, onde o jesuíta cria o "Centro de Desenvolvimento e Integração da América Latina" (Cedial).

Desde então, usando como veículo sua revista "Tierra Nueva", Vekemans encontra as bases suficientes para uma campanha redentora contra a Teologia da Libertação, assessorando, ao mesmo tempo, o secretário geral da Celam, Monseñor Lopez Trujillo. (Cristina Pfaul).

# "Aos bispos brasileiros"

O Comitê Cristão de Apoio aos Perseguidos da América Latina enviou a todos os bispos brasileiros um manifesto em que enfatiza sua preocupação - devido a proximidade do encontro de Puebla - com a comunidade católica brasileira, representada por algumas dezenas de bispos, que continua defendendo a Verdade e a Justiça, para que a paz e a não-exploração do homem pelo homem seja implantada no Brasil. Este comitê, sediado no México, se manifesta também em solidariedades aos "milhares de brasileiros que hoje estão impedidos de regressar ao País".

Após uma dura crítica às condições de vida do povo brasileiro, o manifesto lembra "os muitos trabalhadores que pagaram com a vida a pretensão de defender seus direitos, nesses 14 anos de regime militar".

"O que dizer das centenas de torturados nos cárceres brasileiros? Mais de 20 mil pessoas foram presas nos últimos anos! Mais de 10 mil trabalhadores estão no exílio! O que dizer das centenas de camponeses friamente assassinados por defenderem suas terras? O que dizer dos 420 mil indígenas que desapareceram nesse período?"

"O que dizer da completa falta de liberdade de organização e expressão? Mais de 170 sindicatos de trabalhadores estão sob intervenção. Como justificar a existência de órgãos como o SNI, DOI-CODI, DOPS, OBAN, CENIMAR, CIEIX, etc? Como justificar a ingerência em assuntos de povos irmãos como o Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, denunciados internacionalmente? Como justificar a tenebrosa ideologia da Segurança Nacional? Segurança de quem?"

Depois de lembrar que "também religiosos foram presos, assassinados ou expulsos do País por defenderem a causa do povo", o Comitê expressa sua solidariedade a todos os sacerdotes que vêm levando idênticas bandeiras de luta.

## ASSINE DE FATO

**Assinatura anual \$120,00**

O interessado deve enviar pelo correio cheque nominal visado ou vale postal ao Jornal DE FATO, av. do Contorno 2399 - Floresta - BH - MG - CEP 30000.

Nome \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_  
 Profissão \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_  
 Cidade \_\_\_\_\_  
 CEP \_\_\_\_\_

# "Dentro do uniforme, Você permanece um trabalhador".

(palavra de ordem do comitê dos soldados franceses)

## Como surgiu o movimento dos soldados

O movimento dos soldados aparece publicamente pela primeira vez em 1974, entre os dois turnos das eleições presidenciais francesas, com a 'Petição dos 100'. Tratava-se de um abaixo assinado impulsionado por membros e simpatizantes da Liga Comunista Revolucionária, de Alain Krivine, e que, entre suas reivindicações, defendia a livre circulação dos jornais de esquerda dentro dos quartéis, o fim das humilhações físicas dos soldados de parte dos suboficiais e oficiais fascistas, nostálgicos das guerras coloniais, e a igualdade entre o soldado militar e o salário mínimo.

Com a repercussão nacional da 'Petição dos 100', o movimento expandiu-se rapidamente, logo assumido por três organizações: a LCR (IV Internacional), a OCT (antiga 'Revolution', uma cisão da LCR) e o PSU. No entanto, a repressão da hierarquia militar, o vacilante apoio das centrais sindicais e divergências estratégicas quanto a os próprios rumos do movimento (o PSU apoiava a criação de sindicatos de soldados, legais e de nível basicamente reivindicativo, enquanto a OCT defendia uma organização clandestina), dificultaram a criação de uma coordenação nacional dos comitês de soldados e vieram enfraquecê-los bastante.

Quatro anos depois, entretanto, o movimento ganhava novamente as marchas, com as candidaturas de recrutas às eleições parlamentares de março, provocando apressadas e infelizes (além de ilegais) medidas repressivas de parte da hierarquia mili-



tar. E agora, neste 1º de maio, os cortejos de soldados saíram as ruas de toda a França, e com um apoio relativamente aberto dos sindicatos. Em Marselha, os recrutas foram apoiados pela CFDT, próxima ao PS; no tradicional bastião comunista de Seine - St. Denis, agruparam-se atrás das bandeiras da CGT, enquanto em Dijon um cortejo unitário das grandes centrais sindicais retomava as reivindicações dos soldados.

No entanto, o próprio peso da manifestação dos soldados não nos pode fazer esquecer (e até certo ponto é decorrência) da desorientação que ganhou as bases do PC e do PS, após a derrota nas eleições parlamentares de 1978. Desorientação que levou estes partidos, por um lado, a abandonar qualquer palavra de ordem referente à chegada (não falemos na conquista) ao poder no Estado, mesmo nos quadros gradualistas do Programa Comum; do outro, apoiar palavras de ordem setoriais corretas - como a da criação dos sindicatos de soldados - desde que estas não implicassem uma crítica radical a suas posições anteriores.

No melancólico 1º de maio de 1978, as bases da CGT e da CFDT retomaram as denúncias lançadas pelos comitês de soldados quanto ao 'exército que intervém no Líbano, no Saara e no Tchad, para o lucro dos patrões'; mas a manifestação, como um todo, foi marcada pela decepçante palavra de ordem 'União, Ação, Negociação', em lugar das referências de praxe ao Programa Comum.

(Carlos Eduardo)

Dos quartéis, para as ruas. Em apoio à classe operária. (foto: Peyreperthuse/Rouge).

Em entrevista exclusiva a EM TEMPO, um soldado francês - Jean Luc - discute sobre a participação política das bases das Forças Armadas no conjunto da sociedade e explica o movimento existente para transformar, de dentro, o Exército da França.

ET: Como você viu a participação dos Comitês de soldados nas manifestações de 1º de maio?

JL: Participar no desfile do 1º de maio foi, para nós, algo muito importante, principalmente porque permitiu marcar uma ligação - mesmo que essencialmente simbólica - com o movimento operário. Demonstrou-se a existência dos comitês dos soldados, que têm grande repercussão em todas as casernas. Além disso, é importante

ver que, há pouco tempo atrás, a ideia da participação dos soldados no desfile do 1º de maio não era aceita pelos sindicatos, e ainda menos a defesa do movimento dos soldados pelas centrais sindicais.

ET: E como se explica esta mudança?

JL: Pela força relativa que estão assumindo os comitês dos soldados, que são, efetivamente, a única organização que trava uma luta no interior das Forças Armadas por sua transformação. E posso falar dessa força relativa, mesmo estando plenamente consciente de que éramos menos numerosos neste 1º de maio do que nos dois últimos anos (80 contra 150 a 200 anteriormente). Isto se explica pelo quadro geral de desmobilização que vive conjuntamente a classe operária francesa, fruto da derrota eleitoral de março e da pouca combatividade apresentada posteriormente pelas organizações sindicais.

ET: Você poderia traçar um quadro geral do movimento de soldados?

JL: O movimento de soldados aparece há mais ou menos quatro anos, num momento em que esta questão não era levantada de forma sistemática nem pela esquerda revolucionária francesa, e muito menos pela esquerda reformista e pelo movimento sindical. Ela retoma, assim, uma experiência de luta dos "trabalhadores de uniforme", que teve suas expressões mais importantes nas revoltas espontâneas de soldados durante a 1ª Grande Guerra, quando batalhões inteiros se sublevaram contra aquela mortandade gratuita e exigiam a paz imediata - revoltas que foram afogadas no sangue - se identificando assim com a proposta que era feita por um

setor do proletariado revolucionário. Houve, também, no início do século, uma confraternização espontânea de soldados com o camponês em luta, que eles se recusaram a reprimir. E, finalmente, nas campanhas antimilitaristas levadas pela CGT nos anos vinte, durante a ocupação do Ruhr. O atual movimento de soldados surge como desdobramento dos movimentos de secundaristas e de jovens operários contra a lei Debret (que, entre outras coisas, generaliza o serviço militar em níveis mais amplos que antes, anula a possibilidade de sursis, etc.). Estes, tendo participado desta luta, quando chegaram ao Exército naturalmente tentaram aprofundá-la.

A primeira ação deste movimento foi a 'Petição dos 100'. Mesmo tendo havido uma certa repressão, rapidamente se atingiu cinco mil assinaturas. Os primeiros comitês de soldados, paralelamente, se organizam tendo por base os militares revolucionários que fazem o serviço militar. Está quebrado o muro do silêncio. Há, depois, um período de grande avanço do movimento, havendo inclusive manifestações exclusivamente de soldados, como em Draguignan, em Kahlrue e em Verdun. Tudo isto faz muito barulho e obriga os partidos reformistas a retomarem algumas das reivindicações dos soldados, ao mesmo tempo em que o próprio governo é obrigado a prometer reformas e melhorias do serviço militar.

ET: A retomada de parte destas reivindicações pelos partidos reformistas elimina as divergências quanto à função do movimento de soldados?

JL: Claro que não. Se para os partidos reformistas o problema se reduz à definição de um estatuto democrático para os soldados, para nós ele se caracteriza sobretudo na necessidade de organização pela base dos soldados, seu direito à organização autônoma, seu direito à palavra, a questionar as missões que lhe são atribuídas. Por exemplo, o direito de se recusar a servir como instrumento de repressão ao movimento operário, seja quebrado uma greve, seja através da repressão direta, como o que se passou no Chile. E, na verdade, existe uma divergência estratégica sobre como deve ser vista a possibilidade de 'racha' das Forças Armadas num momento de crise revolucionária, se de forma vertical ou horizontal. Daí que, para os reformistas, a democratização do Exército passa antes de tudo pela criação de uma 'consciência democrática' entre os oficiais; para nós, o essencial é organização pela base dos soldados.

ET: Quais as propostas de organização que existem hoje para o movimento de soldados, qual o

significado da polémica comitês de soldados x sindicatos?

JL: A questão do sindicato de soldados - uma palavra de ordem muito popular nos quartéis - foi levantada pela primeira vez em Besançon, em 1975, e hoje volta a se colocar na ordem do dia. Na verdade, ela recobre duas polémicas que recortam o movimento e a esquerda revolucionária. Em primeiro lugar, quanto à questão de método de trabalho e de avaliação da força do movimento. Ela se expressa, por exemplo, na questão da clandestinidade ou do trabalho aberto dentro do movimento, e que na manifestação de 1º de maio levou a que uma parte dos soldados desfilasse com máscaras, enquanto outra desfilava com o rosto descoberto. Esta divergência se acopla com outra, quanto à forma de sensibilizar o movimento sindical como um todo, sublinhando o caráter democrático de nossas reivindicações, em contraposição a outra proposta, que privilegia o caráter autônomo do movimento. Pessoalmente, acho que o movimento dos soldados não pode ainda abandonar seu caráter clandestino, e que a proposta de criação de sindicatos de soldados não corresponde a seu nível atual de acumulação de forças. Acho melhor que neste momento ele avance no sentido de criação de uma coordenação nacional, apoiando-se nas coordenações regionais já existentes ou em vias de se criar. Através destes canais, ele pode conduzir o apoio da sociedade civil ao movimento de soldados, inclusive de forma mais diversificada que apenas (ou sobretudo) através das estruturas sindicais. Tenho claros os problemas implícitos em uma prática clandestina, mas pior é saber-se que cada vez que um comitê é desbaratado pela segurança militar, leva-se mais de um ano para se reestruturar um mínimo de contatos.

ET: Quais as atuais perspectivas do movimento de soldados?

JL: No momento atual o movimento de soldados inicia uma campanha sobre a gratuidade de transporte para os soldados em licença; neste sentido, uma petição já recolheu mais de 1.500 assinaturas e esperamos atingir 5.000. Os sindicatos nos apoiam nesta luta, assim como a esquerda reformista. Esta campanha está intimamente ligada à luta pela melhoria dos soldados, além de se articular com todas as nossas outras lutas gerais, por melhores condições de vida nos quartéis, por melhoria da higiene, da segurança dos soldados, da defesa de seu direito de organização e livre expressão, do respeito ao soldado enquanto pessoa humana.

(Victor Silva, de Paris)

Israel

## Trinta anos. Que resta do sonho sionista?

Esta semana Israel completou o 30º aniversário de sua fundação.

E não passa de um país capitalista como qualquer outro, a não ser por sua "retaguarda estratégica" existente nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. E pelo direito dos palestinos de terem uma pátria, o que passa também pela devolução de regiões ocupadas por Israel.

Trinta anos após o seu nascimento, Israel é um país cansado, às voltas com uma profunda psicose de perseguição e dividido quanto aos caminhos para assegurar sua sobrevivência. Pouco resta dos sonhos indubitavelmente generosos da primeira geração sionista, empenhada em criar (embora em terras palestinas) uma sociedade baseada no trabalho comunitário de todos nos kubbutzim.

Hoje, Israel é um país capitalista como qualquer outro, onde o essencial da produção não surge mais dos campos "conquistados ao deserto", mas dos subúrbios operários em torno às grandes cidades, onde se reúne um proletariado em boa parte constituído pelos judeus orientais, quase tão humilhados quanto os palestinos.

A "retaguarda estratégica" de Israel - a comunidade judaica norte-americana -, por sua vez, tende cada vez mais aguardar um silêncio constrangido diante da atual liderança política do país, marcado pela intransigência do ex-terrorista (de direita) Menachem Begin. Pressionado a negociar com o Egito pela administração Carter, o governo israelense adota uma política de fatos consumados, fecha os olhos ao estabelecimento de colônias direitistas nos territórios ocupados,

como em Golan, e ataca o sul do Líbano.

Neste quadro, um elemento novo é proporcionado pelo movimento de paz em Israel, lançado em abril - aparentemente uma reação instintiva quanto à política de "beira de abismo", impulsionada por Begin. Um movimento de limites políticos evidentes, mas que poderá vir a desempenhar um papel de destaque na crise do Oriente Médio, acelerando o desgast do gabinete israelense. Pois é cada vez mais claro que uma solução, para o capitalismo internacional, da crise do Oriente Médio, passa pelas concessões mútuas entre os setores dominantes, sejam estes árabes ou judeus, cada qual podendo resolver, à sua maneira, a situação dos seus palestinos.

Quando Begin, meses atrás, declarou que Israel "não devia envergonhar-se de ser capitalista", estava apresentando um programa perfeitamente capaz de ser aceito pela burguesia egípcia ou jordaniã; mas a realização desse programa exige a substituição do instável primeiro ministro de Israel por alguém mais flexível, capaz de dar alguma resposta certamente, limitada e elitista na mesa de negociações, ao problema crucial da região: o direito dos palestinos a terem uma pátria. (C.E.)

## Uma questão de princípio

"Existe uma parábola, que narrei certa vez, tentando apresentar o problema a uma platéia israelense.

"Um homem pulou do último andar de uma casa em chamas, na qual muitos membros de sua família pereceram. Conseguiu salvar sua vida; mas, na queda, atingiu uma pessoa que estava próxima, quebrando-lhe a perna e os braços. Para o homem que saltou não havia escolha; porém, para o que teve as pernas e braços quebrados, aquele homem era a causa de sua desventura. Se os dois agirem com a razão não se tornarão inimigos. O homem que escapou da casa em chamas, ao recobrar-se, poderia tentar socorrer e consolar o outro sofredor; e este poderia perceber que fora vítima das circunstâncias, que nenhum dos dois controlava. Mas, observem o que acontece quando essas pessoas se comportam irracionalmente. O que ficou ferido culpa o outro pela sua desgraça e jura que o fará pagar por isso. O outro, temendo a vingança do homem que ele aleijou, insulta-o, chuta-o e surra-o todas as vezes que o encontra. O homem pisoteado outra vez jura vingar-se e, de novo, é esmurrado e castigado. A inimizade, tão fortuita no começo, agravou-se e eclipsa a existência inteira daqueles homens e envenena seus espíritos.

Estou certo de que vocês, remanescentes do judaísmo europeu em Israel, se reconheceram naquele homem que pulou da casa em chamas - disse à platéia israelense. O outro personagem representa, obviamente, os palestinos, que constituem mais de um milhão e perderam suas terras e seus lares. Eles estão ressentidos: veem além das fronteiras aquilo que já lhes pertenceu, invadem as escondidas e juram vingança. Vocês lhes batem e chutam impiedosamente; já mostraram que o sabem fazer muito bem. Mas, que sentido isso tem e quais são as perspectivas?

A responsabilidade pela tragédia do judaísmo europeu, por Auschwitz, Majdanek e pelos morticínios nos guetos, repousa inteiramente na "civilização" burguesa ocidental, da qual o na-

zismo é uma decorrência, se bem que degenerada. Porém, parece que os árabes tiveram que pagar o preço pelos crimes que o Ocidente cometeu contra os judeus. E fazem-nos pagar, pois certamente o "sentimento de culpa" do Ocidente é pró-israelense e anti-árabe. E não é fácil para Israel permitir-se subornar e enganar pela falsa "consciência do dinheiro".

Um relacionamento racional entre israelenses e árabes seria possível se, pelo menos, Israel tentasse estabelecê-lo, se o homem que pulou da casa em chamas tentasse fazer-se amigo da vítima de seu pulo e a recompensasse por esse motivo. Isso, porém, não aconteceu. Israel nunca reconheceu as queixas árabes. Desde o início do sionismo, trabalhou no sentido da criação de um estado puramente judeu e ficou contente de limpar o país de seus habitantes árabes. Nenhum governo israelense jamais procurou qualquer oportunidade para remover ou aliviar as queixas. Recusaram-se mesmo a considerar aquela grande massa de refugiados árabes a menos que os estados árabes, primeiro, reconhecessem Israel, isto quer dizer, a menos que os árabes se rendam politicamente antes de começarem as negociações. Talvez se possa desculpa-lo por se tratar de barganha tática. O fato que mais agravou as relações árabes-israelenses foi a guerra de Suez, quando Israel, desavergonhadamente, agiu como ponta de lança dos velhos e decadentes imperialismos europeus no seu último posto comum no Oriente Médio, na sua última tentativa de manter suas garras no Egito. Os israelenses não tinham motivo para se alinharem com os acionistas da Companhia do Canal de Suez. Os pros e os contras eram bem claros: não havia questão de certo ou errado em ambos os lados. Os israelenses puseram-se totalmente, política e moralmente, no lado errado".

(Do ensaio "A Guerra entre Árabes e Judeus de Junho de 1967", publicado no livro "O Judeu Não Judeu e Outros Ensaio", de Isaac Deutscher).

Bagaço Coojornal **VERSUS**

MOVIMENTO **IPASQUIM**  
**BRASIL MULHER**  
DE FATO **COBRA DE VIDRO**

Aguarde, cadernos do presente.

Do "Chi King",  
compilado por Confúcio,  
a Mao Tse Tung,  
quarenta séculos de uma poesia  
que ainda hoje encanta os ocidentais

**CEM POEMAS  
CHINESES**



HUGO DE CASTRO

Cr\$ 50,00

Nas livrarias  
ou  
por reembolso postal

Pedidos à  
Vertente Editora Ltda.  
Rua Dr. Homem de Melo, 446  
Fones: 62-3699 e 262-8861  
05007 - São Paulo (SP)



# ROMPENDO O ISOLAMENTO

O movimento pela anistia alcançou esta semana uma importante conquista: o compromisso, firmado por autoridades do Recife, de quebra do isolamento carcerário a que estavam submetidos há mais de dois anos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, presos políticos condenados a prisão perpétua na Ilha de Itamaracá, Pernambuco.

Na linha de frente, 84 presos de sete penitenciárias em seis estados diferentes sustentaram uma dramática greve de fome, que mobilizou apoio da opinião pública através de campanha de denúncia da situação e de vigílias.

O movimento crescente prometia uma explosão nos meados da semana, quando atos públicos estavam marcados em alguns estados. A greve de fome atingia o 23º dia na última terça-feira, em Recife, quando o estado de saúde dos presos já era grave. Pressionado por estes dois fatores, o governo recuou.

Nesta página: os saldos da greve de fome e a vigilância necessária para garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo; uma descrição dos momentos finais da negociação entre os presos, os intermediários e as autoridades; e a cena da chegada da notícia na Bahia, quando se realizava uma vigília; além da continuidade das manifestações de solidariedade em São Paulo.

Exatamente 24 horas depois que os 18 presos políticos da Ilha de Itamaracá resolveram suspender a greve de fome que faziam há 23 dias, a atriz Ruth Escobar lançou um alerta aos quatro mil participantes de uma manifestação de solidariedade no pátio interno da Faculdade de Direito, na Universidade de São Paulo, quarta-feira: "Cumpre ficarmos vigilantes na adoção das medidas anunciadas. Promessas já não adiantam. Fiscalizaremos o cumprimento das medidas e não vamos esmorecer na luta pela anistia e pelos direitos dos presos políticos", ponto de vista encampado pela assembléia.

Assim, a artista assinalava que o episódio do mais importante movimento efetuado pelos presos políticos, a nível nacional, dos últimos tempos, não se esgota com o recuo do governo, que finalmente se comprometeu publicamente a atender as exigências de que fosse quebrado o isolamento carcerário a Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, dois condenados à prisão perpétua pela Lei de Segurança Nacional.

Suavemente redigiram no Hospital da Polícia Militar, onde estavam internados, os grevistas apontam no mesmo sentido. Ressaltam "que consideram a regulamentação do convívio com Carlos e Rholine como uma solução parcial e um reconhecimento, depois de mais de dois anos, da situação desumana em que se encontravam, a qual, segundo as palavras do próprio auditor, poderia levá-los à loucura". E mais, "que somente o retorno conjunto de Carlos e Rholine a vida em comum com os demais companheiros, segundo o que existia, até 1975, poderá encerrar todas as sequelas

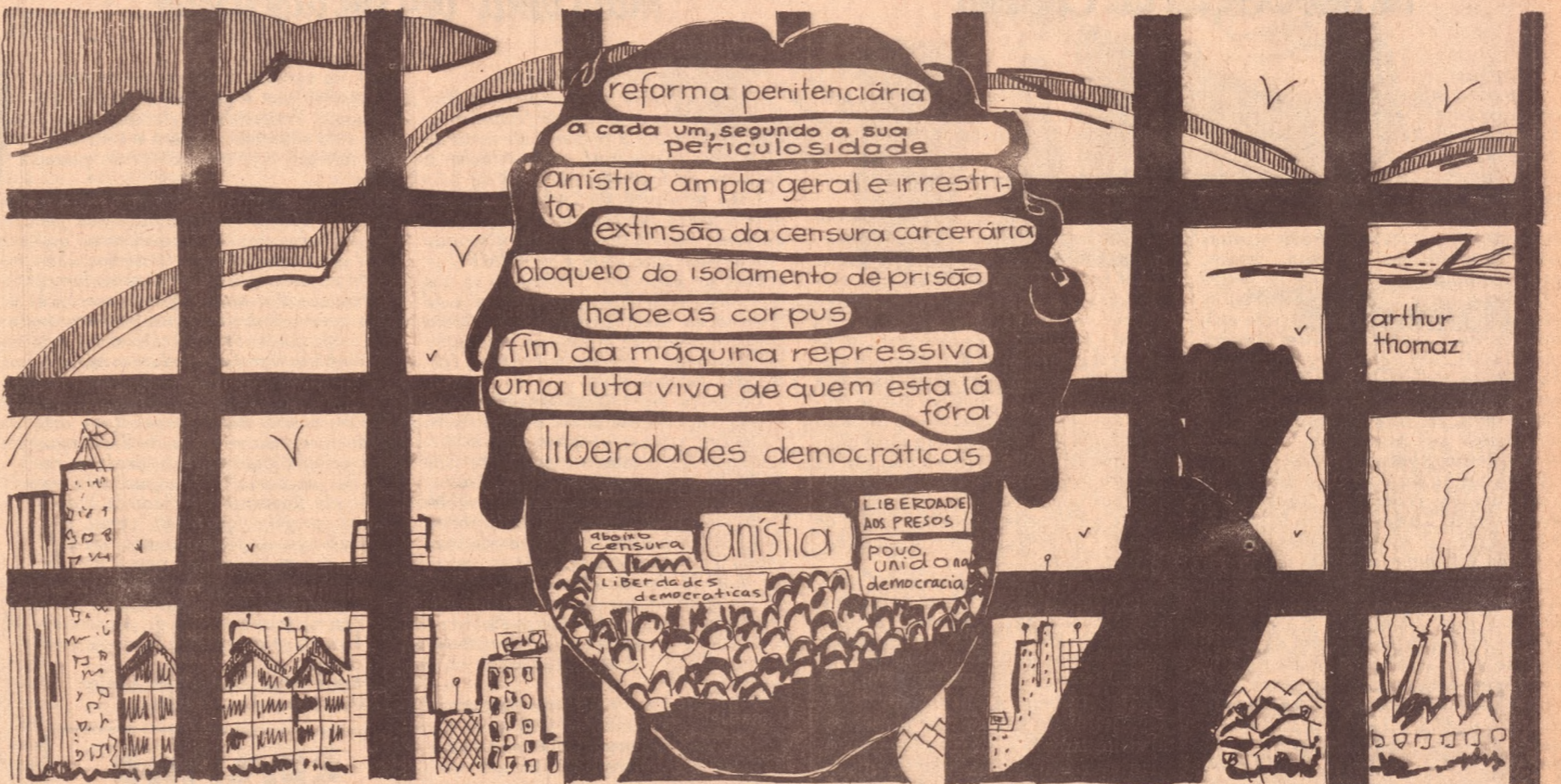
da segregação punitiva e esdrúxula que se presenciou em Pernambuco como exemplo único no país".

Entretanto, mesmo com estas ressalvas, não resta dúvida que a greve de fome foi um importante avanço político. E deixou mais saldos que a conquista de um compromisso público das autoridades governamentais de que dentro de oito dias haverá regulamentação do convívio de Carlos e Rholine com os demais detentos de Itamaracá, isto é, cinco dias na semana, sendo dois para banho de sol, dois para esporte, artesanato e lazer e mais a visita comum aos sábados.

Nessa contabilidade, o deputado emedebista Ayrton Soares, um dos que serviu como intermediário nas negociações finais entre os presos e as autoridades, ressaltou: "sabemos e os próprios presos reconhecem que esse movimento despertou a nação para o fato de que existem presos políticos. O movimento iniciado em Pernambuco e nacional e agora toda a nação está em defesa deles", disse o parlamentar, quando comunicava no saguão do Hospital da Polícia Militar o final da greve.

Uma reunião comum de 84 detentos em sete presídios de seis estados diferentes e outro aspecto positivo, para o qual chamam atenção os iniciadores da greve de fome na sua carta: "Nossa luta foi também substancialmente fortalecida pela unidade nacional dos presos políticos, pela solidariedade de oprimidos exercida no depauperamento e na fome".

Analisando também os resultados, o deputado Roberto Freire, líder do MDB na Assembleia Legislativa de Pernambuco e um dos que viveu de perto os fatos, observa que os setores que lideraram a solidariedade aos presos políticos começa-



ram em Pernambuco a aprender a aproveitar o momento para organizar um movimento de anistia mais amplo, sólido e permanente: "das potencialidades todos são unânimes em vê-las na possibilidade de rápida articulação nacional dos diversos setores e movimentos e principalmente devido ao fácil apelo e sensibilização da opinião pública pela tese da anistia".

Freire disse ainda: "As autoridades penitenciárias de Pernambuco sempre deram uma interpretação restritiva, e porque não dizer obscurantista, a dispositivos da Lei de Segurança Nacional, que tratam do regime especial para os condenados à prisão perpétua. O isolamento previsto naquele regime carcerário sempre foi cumprido ao pé da letra em Itamaracá. Essa junto com outras medidas como censura total, vistorias rigorosas e indignas aos familiares, má alimentação, transformaram o presídio pernambucano numa das mais negras masmorras do país e geraram, como não poderia deixar de ser, um clima de insatisfação e de revolta entre os que lá cumprem suas penas".

## A conquista da quebra do isolamento

Pode vir a ser considerada a primeira vitória de peso nacional do crescente movimento pela anistia no país, cuja luta como destacou um representante da recém-eleita UEE de São Paulo, no ato público "não é simplesmente por melhor tratamento aos presos políticos; o que queremos é que não exista mais ninguém nessa condição, que ninguém seja mais preso, perseguido, cassado, ou expulso do país por defender os interesses populares" (F.F.)

## Em Salvador, a explosão de alegria.

Cerca de mil e quinhentos pessoas reunidas na capela Nossa Senhora de Fátima, no colégio Antônio Vieira, em Salvador, explodiram em palmas e gritos de "anistia, viva nossa luta, liberdade", ao ser anunciado o fim da greve de fome, durante a reunião de vigília pública, terça-feira, sob a coordenação do Comitê Brasileiro pela Anistia.

O climax ocorreu logo após o anúncio da vitória do movimento grevista, com uma conclamação do representante do DCE, de que após o ato, todos saíssem em passeata até a praça do Campo Grande. Logo, por toda plateia começou a circular a notícia de que cinco camburões da PM já tinham cercado o local, impedindo assim a realização da passeata proposta.

Os pronunciamentos do ato tiveram inicialmente como tônica a condenação ao isolamento de Rholine e Carlos Alberto, e moções de solidariedade aos presos políticos em greve. Mas a notícia ampliou as reivindicações: os gritos de liberdade e anistia eram sempre interrompidos por demoradas e uníssonas palmas.

Diversas entidades se fizeram representar, como o Núcleo do Trabalho Conjunto, Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia, Movimento Feminino pela Anistia, Centro de Estudos e Ação Social, Grupo Moisés (entidade de leigos e religiosos), os jornais EM TEMPO, Movimento e a Tribuna Popular (de Feira de Santana), Comitê Brasileiro pela Anistia, Associação dos Trabalhadores em Teatro, Secretário do Presbítero de Salvador, D. Timóteo Amoroso Anastácio D. Mariano Costa Rego O.S.B., um grupo de cerca de 40 trabalhadores do município de Feira de Santana, parlamentares do MDB, DCE, Movimento Nova Ação e Perspectiva, os diretórios de História, Processamento de Dados, Pedagogia, Economia e Medicina (que paralisou uma concentração, por estar em greve, para se juntar à manifestação).

O advogado e candidato a deputado estadual Adelmo Oliveira num rápido discurso, questionou ao público onde estava naquele momento a consciência da nação, "se na mente dos governantes, ou se no fundo dos cárceres da ditadura". Antídio Oliveira, secretário do Presbítero de Salvador, pediu que aquela união ali verificada não se desfizesse, mas que continuasse, porque muita luta ainda teria que ser desenvolvida no caminho da redemocratização do país.

Numa carta aberta lida no ato, 46 ex-presos políticos residentes na Bahia, demonstrando a preocupação diante da total insensibilidade do regime, afirmaram que sua "disposição de lutar permaneceu a mesma, em todo esse tempo. A tristeza e a dor que toma conta da gente, longe de nos desestimular, é força, é um elemento a mais para nos animar e para estar cada vez mais ligados a todos que estão envolvidos na escuridão dos cárceres do governo. Temos certeza que a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita cada vez mais tomara mais corpo, e será conquistada na luta pelas liberdades democráticas que no dia a dia se amplia e temos certeza que a força de centenas de mães, de filhos, de esposas de todos vocês e principalmente do conjunto da oposição brasileira, entre a qual nos incluímos, acabará com o isolamento criminoso a que estão submetidos Rholine e Carlos Alberto".

A advogada de diversos presos políticos em Salvador, Ronilda Noblat, enviou uma carta, lida para

o público, em que diz acreditar ser dever de todos agir com bravura, com impeto de luta para acabar com a arbitrariedade a que estão submetidos os presos políticos isolados em solitárias e afirmou: "A pena - acessória - não constringe de sentença condenatória. O primado da lei e do direito não de prevalecer afinal. Se resultar morte de algum cliente meu, as responsabilidades serão apuradas".

Muito emocionada, Maria dos Milagres Pinto e Silva, mulher do preso político Aluizio Valério, que está condenado a 12 anos de prisão e no momento encontra-se no Manicômio Judiciário do Estado da Bahia realizando exames, deu esse depoimento a EM TEMPO:

"Estou casada com Aluizio há seis anos e tivemos nosso filho Carlos Ernesto em 1975. Nosso filho surgiu no período em que meu companheiro juntamente com os companheiros de Itamaracá atravessavam duas greves de fome. Uma de 12, outra de 25 dias. Em determina-

do momento pensei que meu filho não viesse a ter pai. Mesmo assim, o fato dele ser preso não me constrangeu. Sinto orgulho de ser mulher de Aluizio. Quanto à greve de fome, foi uma vitória porque todos os setores descontentes da sociedade brasileira se mobilizaram para conseguir esse fim. Valeu o sacrifício do pessoal, principalmente como o início de uma longa luta que temos de travar contra as forças da opressão. Estou muito feliz, a greve terminou vitoriosa".

O encerramento do ato às 24 horas aproximadamente, foi feito pelo padre provincial dos Jesuítas, Dionísio Sciuchetti, com uma oração em homenagem a todos presos políticos mortos, outro momento de muitas palmas. A multidão presente se dissipou depois, sem maiores problemas na noite chuvosa de Salvador.

(Dalton Godinho/Salvador)

## As oito horas decisivas

Era grave o estado de saúde dos 18 presos políticos internados no Hospital da Polícia Militar, em Recife, na terça-feira pela manhã, o 23º dia da greve de fome. Por exemplo, Luciano de Almeida sentia um nó no estômago, sofria desmaios, tonturas e adormecimento das pernas. José Emilson Ribeiro da Silva tossia muito, não conseguia mais beber água e escarrava sangue. Antônio Ricardo Brás apresentava um dos piores quadros e chegou a tomar quase dez litros de soro.

As negociações começaram na hora do almoço. O deputado Ayrton Soares reúne a imprensa no gabinete do MDB, na Assembleia Legislativa, e anuncia um encontro com o juiz-auditor para o meio-dia.

Nesse encontro ele confirmaria com o Juiz a assinatura de documento permitindo a Carlos Alberto e Rholine os cinco dias de contato com os seus companheiros, assim divididos: dois de práticas de esporte e dois de banhos de sol, além da visita em comum. Ficaria determinado também que os horários regulamentados pela Superintendência do Sistema Penitenciário para acesso ao pavilhão comum seriam mantidos, isto, com clara especificação entre 7 e 16 h.

13 h: Chega ao Recife vinda de Brasília, uma comissão formada pelo sub-secretário da CNBB, Padre Virgílio Leite Uchoa; o representante do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, Hélio Baena; representante dos familiares dos presos políticos, Lúcia Maria de Albergia; e um membro da União Estadual dos Estudantes de São Paulo.

13 h 30 m: Reunião entre os enviados de Brasília, comissão de Direitos Humanos do MDB, Comissão de Justiça e Paz, Movimento Feminino pela Anistia, núcleo de Pernambuco, e representantes do movimento estudantil local. Nesse encontro, o deputado Ayrton Soares relata seu encontro com o juiz auditor, que mostrou intenção de assinar o documento garantindo as reivindicações dos presos políticos dentro de um prazo de oito dias, após encerramento da greve de fome. Diz também que o juiz concordou em continuar mantendo os horários da Susipe e pede a formação de uma comissão para pedir ao Secretário de Justiça autorização de visitar os presos políticos e levar até eles as propostas do juiz.

15 h: Encontro da comissão com o Secretário de Justiça. Reivindica-se ao secretário que garanta o cumprimento dos horários e ele afirma estar disposto a "cumprir todas as determinações do juiz auditor. O regulamento já existe e será mantido se o juiz o determinar".

16 h: Chegada da comissão, em companhia do Secretário de Justiça e Superintendente da Susipe ao Hospital da Polícia Militar, onde os presos políticos estão internados. A eles a comissão entrega durante o período de uma hora de conversa sem o acesso da imprensa, o documento da Susipe detalhando os horários. Os presos políticos pedem para se reunir, sozinhos, durante uma hora, e analisar as propostas e a situação, afirmando que às 18h30 m responderiam.

18 h 45 m: A comissão ainda junta com o Secretário de Justiça, retorna ao hospital surgindo-se ao

quarto dos presos políticos para tomar conhecimento da decisão.

19 h: A comissão encontra-se com a imprensa no saguão do hospital e explica que o final da greve está dependendo das seguintes recomendações dos presos: - relatar todo o histórico das negociações à imprensa; pedir ao Secretário de Justiça que reafirme à imprensa as garantias do cumprimento dos horários regulamentados; pedir ao Juiz Auditor a confirmação de que assinaria o documento, assegurando os contatos, no prazo de oito dias, após o encerramento do movimento. O Secretário de Justiça declara que a "aplicação do regulamento vai depender das determinações do juiz porque o problema é da Auditoria Militar. O auditor já declarou que dara os dias de acordo com o regulamento e isso será cumprido pela Secretaria".

19 h 30 m: A comissão volta ao quarto dos presos políticos para anunciar que as recomendações foram cumpridas.

19 h 45 m: No saguão do Hospital, o deputado Ayrton Soares, anuncia o final da greve de fome e declara: "A comissão considera que os presos políticos conseguiram quebrar o regime de separação a que estavam submetidos. As afirmativas públicas do juiz-auditor e do secretário de justiça e o documento escrito da Susipe de como vai ser cumprida a pena a partir de agora, justificam o fim do movimento grevista".

(Sucursal de Recife)



NIELS ANDREAS

## Termina a greve. Continua o protesto.

Mesmo depois de encerrada nos sete presídios a greve de fome, duas significativas manifestações de solidariedade aos presos políticos ocorreram em São Paulo na noite de quarta-feira.

Organizado pela seção estadual do Comitê Brasileiro pela Anistia, do qual fazem parte 29 entidades, um ato público reuniu no pátio interno da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo quatro mil manifestantes, na sua maioria estudantes. Quinze oradores se revezaram, vários insistindo na exigência de que as promessas firmadas pelas autoridades sejam realmente cumpridas.

Para impedir passeatas, o policiamento no Largo São Francisco, local do ato, foi ostensivo, principalmente na hora da saída.

Em Campinas, duas mil pessoas apinharam-se depois das 18 h na calçada em volta da prefeitura, para um ato convocado amplamente entre a

população da cidade. Cerca de 500 manifestantes, organizados em passeata, com passo acelerado, conseguiram furar o bloqueio imposto pela polícia e penetrar no saguão do Paço Municipal, onde cantaram o Hino Nacional. Em seguida, sentados, gritaram por "anistia" e "abaixo a repressão". O cerco foi fechado rapidamente pelos policiais armados de cassetetes e conseguiu dispersar a manifestação. Depois de várias tentativas de realizar pequenas passeatas sempre dissolvidas pelos batallhões de choque, os manifestantes se dirigiram à Pontifícia Universidade Católica, no Pátio dos Leões, e deram continuidade ao Ato. Além de entidades de estudantes e professores, faziam parte da mesa representantes da Pastoral Operária e do Bispo de Campinas. Um manifesto foi lido por todos: "Temos a mão, queremos o braço, queremos toda justiça! Exigimos anistia ampla, geral e irrestrita! Anistia não é perdão, perdão não é necessário para culpa inexistente. Pelas Liberdades Democráticas!"

# EM TEMPO!